www.metropolejornal.com.br

Metrópole JORNAL

Ano 22 | Nº 5278 | 23 de Julho de 2021 Sexta-feira Diário de Circulação Nacional - R$ 2,50

No Paraná Day do México, governador apresenta potenciais do Estado a investidores

Governador Ratinho Junior cumpre agenda no México para atrair novos investimentos. Foto: AEN

Empresas mexicanas de diferentes setores conheceram, nesta quinta-feira (22), as características e diferenciais que fazem do Paraná um estado atrativo para novos negócios. Os potenciais do Estado foram apresentados pelo governador Carlos Massa Ratinho Junior durante a quinta edição do Paraná Day, evento promovido na Cidade do México com o objetivo de atrair novos investidores e aproximar o Estado de possíveis parceiros comerciais.

Esta foi também a terceira edição internacional do evento, iniciado em 2019 pelo Governo do Estado, e a primeira após a pandemia de Covid-19. O Paraná Day foi realizado anteriormente em Curitiba, Brasília, Nova York (Estados Unidos) e Madri (Espanha), reunindo empresários, investidores, diplomatas e adidos comerciais de diferentes países.

A Embaixada do Brasil no México e o Consulado Geral Brasileiro na Cidade do México foram parceiros na promoção do evento desta quinta. O embaixador brasileiro Maurício Carvalho Lyrio acompanhou o encontro, além de cerca de 20 empresários de setores de logística, madeireiro, consultoria, construção civil, agronegócio, mobilidade urbana e de corretoras de valores.

PARANÁ – Com localização privilegiada no mapa, próximo aos principais centro consumidores da América do Sul, o Paraná se prepara para se tornar o hub logístico da região. Dentro desse planejamento, está o novo programa de concessões rodoviárias do Estado, que levará a leilão 1.743 quilômetros de rodovias federais e estaduais, que somam R$ 44 bilhões em investimentos.

"O Paraná tem segurança jurídica, uma infraestrutura de qualidade que vai deslanchar ainda mais nos próximos anos, mão de obra qualificada, é exemplo mundial de sustentabilidade e tem o poder público caminhando lado a lado de quem investir e gerar empregos", destacou o governador.

Colônia Rio Grande e região: a partir do sábado (24), haverá nova linha de operação e mudança

Novidades no transporte público da Colônia Rio Grande e região vão otimizar o tempo de viagem até o Terminal Central. A partir do próximo sábado (24), haverá mudança no itinerário das linhas 1000 – Colônia Rio Grande, 1002 – Eldorado/Gestamp e 1003 – Jardim Itália. Além disso, a Prefeitura de São José dos Pinhais iniciará a operação da nova linha 1099 – Colônia Rio Grande/Eldorado.

Com o novo itinerário, a linha passará de 44 viagens por dia, em um intervalo de 20 a 30 minutos, para 51 viagens, com um intervalo de apenas 15 minutos nos horários de pico. A mudança proporcionará menor tempo de viagem.

Weissópolis ganha novo Centro de Educação Infantil

A Prefeitura de Pinhais, por meio da Secretaria Municipal de Educação, realiza a construção de um novo prédio do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Vinicius de Moraes. **Página 2**

Fala Curitiba: votação para escolha das prioridades começa na segunda

A partir das 8 horas de segunda-feira (26/7), o curitibano está convidado a participar da votação para escolher as 100 prioridades que a Prefeitura de Curitiba incluirá na Lei Orçamentária Anual (LOA) para execução em 2022. A escolha faz parte do Fala Curitiba, programa de consultas públicas da Prefeitura de Curitiba. Cada cidadão poderá escolher de uma até cinco prioridades por regional. Com isso, quem quiser, poderá votar em até 50 das 300 possibilidades definidas para toda a cidade. Elas fazem parte das milhares de sugestões feitas pelos 22,6 mil curitibanos que participaram da etapa anterior. Mesmo aqueles que não apresentaram as suas sugestões antes, poderão participar nesta nova fase. Considerando a participação recorde da população até aqui, a expectativa da equipe técnica do Instituto Municipal de Administração Pública (Imap), responsável pela coordenação do Fala Curitiba, é que a nova fase deva atrair milhares de curitibanos.

Governo anuncia criação do Palácio da Seda para agregar moda, turismo e cultura

O Paraná vai ganhar um importante polo agregador de moda, turismo e cultura aliado ao estímulo à produção da seda – o Estado responde por 83% de toda a produção nacional do fio. O governador Carlos Massa Ratinho Junior anunciou nesta quinta-feira (22), em participação virtual no I Congresso Internacional da Associação Brasileira da Seda (Abraseda) e 37º Encontro Estadual de Sericicultura, a criação do Palácio da Seda, em Curitiba.

Os eventos com foco no desenvolvimento da seda no País ocorrem simultaneamente em Londrina, na Região Norte, e também contaram com a presença do governador em exercício Darci Piana na abertura – Ratinho Junior cumpre agenda no México.

Em fase final da elaboração do projeto, o equipamento vai ser instalado na histórica Casa Andrade Muricy, na esquina da Rua Saldanha Marinho com a Alameda Dr. Muricy, na região Central da Capital. De acordo com o governador, o Palácio da Seda está sendo projetado para ser um espaço cultural pulsante.

Metrópole PINHAIS

Weissópolis ganha novo Centro de Educação Infantil

Construção do novo espaço está de acordo com o cronograma de obras

A Prefeitura de Pinhais, por meio da Secretaria Municipal de Educação (Semed), realiza a construção de um novo prédio do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Vinicius de Moraes, no bairro Weissópolis. As obras estão de acordo com o cronograma e, em alguns lugares, já foi iniciada a construção da laje.

O novo prédio será o maior CMEI de Pinhais, com 2.325,55 m², distribuídos em dois pavimentos. O térreo contará com estacionamento, secretaria, diretoria, sala das pedagogas, sala dos professores com depósito, sanitários para Pessoa com Deficiência (PcD) feminino, masculino e infantil.

Este espaço contará ainda com cisterna, almoxarifado, dois depósitos gerais, pátio interno coberto, solários, parquinho, duas salas de aula com espaço lúdico, um sanitário infantil comum às duas salas de aula, refeitório, cozinha, despensa, depósito de carne, lavanderia, instalações sanitárias com vestiário, depósito para material de limpeza, duas escadas e uma plataforma elevatória para acesso ao piso superior.

O segundo pavimento terá 12 salas de aula, dois espaços lúdicos que atenderão as salas de berçário, lactário, sala de recurso multifuncional, sala multiuso, depósito, quatro sanitários infantis privativos integrados às salas de aula, sanitários PcD feminino, masculino e infantil, sanitários adultos. Além disso, o refeitório terá capacidade para atender 100 crianças por vez

Prefeitura de Pinhais abre agendamento da vacinação contra a Covid-19 para o público de 35 anos ou mais

A Secretaria Municipal de Saúde de Pinhais abre agendamento para vacinação contra Covid-19 para pessoas de 35 anos ou mais. O formulário está disponível no site da Prefeitura e as vagas são limitadas, por conta das doses de vacinas recebidas.

Quando os agendamentos chegarem ao limite, uma nova data será aberta, de acordo com a quantidade de vacinas recebidas pelo município.

Confira como fazer o agendamento:

- Moradores de Pinhais podem realizar o agendamento no site www.pinhais.pr.gov.br/vacina.
- No formulário preencher todos os dados solicitados;
- É necessário aguardar a confirmação do agendamento e conferir todas as informações mencionadas;
- No dia agendado para a vacinação é obrigatório que o nome conste na lista;
- Obrigatório apresentar documento oficial com foto e comprovante de endereço.

A vacinação segue sendo realizada no sistema drive-thru, no Expotrade.

Metrópole SJP

População geral de 36 anos completos será vacinada em São José dos Pinhais a partir desta sexta-feira (23)

Nesta sexta-feira (23), São José dos Pinhais vai ampliar a vacinação contra a Covid-19 para a população geral de 36 anos completos. O horário está organizado conforme o mês de nascimento para não gerar aglomeração e acelerar o processo de aplicação da vacina.

Para receber o imunizante é obrigatório ter realizado o cadastro de vacinação e apresentar documento com foto, CPF, comprovante de residência e carteirinha de vacinação. A vacinação contra a Covid-19 está acontecendo no Ginásio Ney Braga (Rua Dona Izabel A Redentora, 2355 – Centro), conforme a quantidade de doses recebidas.

Link de cadastro para o público em geral (18 a 59 anos): https://bit.ly/3pgSQbK

Os munícipes que forem receber a dose da vacina também podem aproveitar a oportunidade para ajudar quem mais precisa com um gesto simples: doando alimentos não perecíveis.

23 de Julho – Público de 36 anos completos conforme mês de nascimento:

Janeiro às 8 horas
Fevereiro às 9 horas
Março e Abril às 10 horas
Maio às 11 horas
Junho às 12 horas
Julho às 13 horas
Agosto às 14 horas
Setembro e Outubro às 15 horas
Novembro às 16 horas
Dezembro às 17 horas

: PROCON-SJP requer investimentos de operadoras de telefonia

Desde o mês de janeiro, o PROCON de São José dos Pinhais está realizando pesquisa para mapear as áreas de telefonia e internet que não estão funcionando ou que o sinal está oscilando. Até o momento, mais de mil consumidores já responderam o formulário, informando sobre a qualidade do serviço nos bairros da cidade.

O objetivo do mapeamento é solicitar mais infraestrutura às operadoras, para que elas atendam a resolução da ANATEL na melhoria do sinal e informem ao consumidor sobre a existência de área de sombra em caso de contratação do serviço.

"A pesquisa apontou que há empresas vendendo planos onde não há sinal, o assunto é campeão de reclamações no PROCON e no consumidor .gov.br. As respostas integram requerimento para que a área urbanizada seja atendida, como na área rural onde há equipamentos públicos como escolas e postos de saúde", afirma o coordenador do PROCON-SJP, Jaiderson Rivarola.

O mapeamento do sinal em São José dos Pinhais apontou alguns dados:

71% informaram que o sinal oscila muito;

18,8% não possui sinal;

87,9% não foi informado da área de sombra onde mora no ato da contratação do serviço;

43,6% reclamou do sinal para a operadora;

94,3% nunca reclamou para o PROCON da operadora contratada.

Pelo Paraná

Secretário da Justiça, Família e Trabalho do Paraná (SEJUF), Ney Leprevost e a deputada federal Leandre (PV-PR) participaram da reunião promovida pela OPAS/OMS sobre a expansão do Programa Cidade Amiga do Idoso no Estado do Paraná. (Foto: divulgação)

Cidades amiga

A deputada federal Leandre (PV-PR) esteve na sede da OPAS/OMS (Organização Pan-Americana da Saúde) para uma reunião sobre a expansão do Programa Cidade Amiga do Idoso no Estado do Paraná. O programa Cidades Amigáveis às Pessoas Idosas da OMS possui estratégias locais, abrangendo várias frentes da sociedade para preparar os municípios e garantir ambientes que acolham as alterações físicas e sociais decorrentes do envelhecimento.

Cidades amiga II

A reunião contou com a participação da representante da OPAS e da OMS no Brasil, Dra. Socorro Gross, e do secretário da Justiça, Família e Trabalho do Paraná (SEJUF), Ney Leprevost. O secretário Ney designou uma equipe que irá percorrer as regionais da SEJUF para sensibilizar os municípios para a adesão ao programa. Ele estabeleceu meta de até o final do ano ter alcançado pelo menos 80% das cidades paranaenses.

Fundão

O senador Oriovisto Guimarães (Podemos) rebateu a declaração do vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL), sobre o fundão eleitoral. Ramos afirmou que, caso o aumento seja vetado, não haverá recursos para utilização nas campanhas."Os recursos deste fundo estão garantidos na própria Lei Eleitoral. Se houver o veto, os recursos voltarão a 2 bilhões, de acordo com a regra da Lei Eleitoral. Então não tem desculpa para Bolsonaro não vetar", afirmou o senador.

Lista da CPI

Deputadas (os) federais Aline Sleutjes (PSL), Gleisi Hoffmann (PT) e Paulo Eduardo Martins (PSC), todos paranaenses, são citados na lista que investiga a atuação de políticos na disseminação de fake news sobre a pandemia. A lista é organizada pela CPI da Covid tem o nome de políticos, ministros do governo, deputados e senadores.

Ritmo acelerado

O secretário de Estado da Saúde, Beto Preto, acompanhou a vacinação contra a Covid-19 no município de Guaíra, na região Oeste do Paraná. A estratégia de imunização acelerada da fronteira foi iniciada no último final de semana. A cidade recebeu 5.450 doses no primeiro pacote extra de imunizantes. "Além de acelerar o ritmo da vacinação nos municípios de fronteira, o objetivo é ampliar a barreira contra as variantes do coronavírus", disse Beto Preto.

5º mais imunizado

O Paraná é o 5º estado que mais imunizou no País. Um levantamento realizado pela Secretaria de Estado da Saúde junto aos 399 municípios mostra que 304 (76%) municípios paranaenses estão vacinando o público em geral na faixa dos 30 a 39 anos. Apenas Foz do Iguaçu (28 anos) e Paranaguá (22 anos), estão mais adiantadas, a primeira por conta da estratégia de controle de variantes na fronteira.

Transporte gratuito

O município de Jacarezinho proporcionará transporte coletivo gratuito diário aos moradores da Vila Rural Novo Texas. O contrato com a empresa que realizará o serviço foi assinado nesta semana pelo prefeito Marcelo Palhares e já está em vigor. O serviço foi contratado pela prefeitura através de processo licitatório e beneficia principalmente moradores da Vila Rural que trabalham na zona urbana.

No muro

O ex-juiz federal e ex-ministro Sergio Moro segue como nome forte para as eleições de 2022. Além da disputa pela presidência da república, as conversas também englobam a corrida por uma vaga no Senado pelo Paraná ou em São Paulo. A presidente do Podemos, Renata Abreu, admitiu a proposição em conversas com Moro na semana passada com a presença do senador paranaense Álvaro Dias.

Contas as variantes

As vacinas contra a Covid-19 da Pfizer-BioNTech e de Oxford-AstraZeneca oferecem boa proteção contra a variante delta após a aplicação da segunda dose, revelou um estudo publicado na revista científica New Englad Journal of Medicine. Os resultados mostraram que após as duas injeções, a eficácia do imunizante da Pfizer foi de 88% contra casos sintomáticos e a do fármaco de Oxford, 67%. O Ministério da Saúde já confirmou 135 pacientes infectados com a cepa.

Reforma ministerial

O presidente Jair Bolsonaro anunciou que fará uma "pequena" reforma ministerial. Luiz Eduardo Ramos deve deixar a Casa Civil para dar lugar ao senador Ciro Nogueira (PP-PI), um dos caciques do Centrão. Assim, o general da reserva deve ser alojado na Secretaria-Geral da Presidência e Onyx Lorenzoni, que hoje ocupa o cargo, assumiria o recriado Ministério do Trabalho.

Confiantes

Os 30 setores industriais analisados pela Confederação Nacional da Indústria, em julho, estão confiantes na economia e na situação de suas empresas. Esse foi o terceiro mês consecutivo em que esse índice de confiança ermaneceu acima dos 50 pontos para todos os setores. O indicador varia de 0 a 100, sendo 50 pontos a linha de corte entre um cenário positivo e negativo.

Conectividade

Em ofício ao Ministério da Educação, a Frente Nacional de Prefeitos pede à Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) o compartilhamento da infraestrutura necessária para a conectividade com as escolas públicas da educação básica. O censo escolar aponta que a internet banda larga não chegava a 15 mil escolas urbanas em 2019. Em 2020, cresceu para 17,2 mil. Durante a pandemia, muitas redes de ensino não conseguiram começar o ano letivo neste ano de forma presencial, aplicando o ensino remoto ou presencial.

Coluna publicada simultaneamente em 20 jornais e portais associados. Saiba mais em www.adipr.com.br.

www.metropolejornal.com.br
Metrópole JORNAL

CURITIBA / PR
EDITAL CENTER LTDA
CNPJ nº 04.150.383/0001-35
Diretor Comercial: Maurício Mosson
Rua Amintas de Barros, 164 – Centro
Conj 46 – CEP 80.060-205
Fones: (41) 3024-6766
Email: cial@ctbametropole.com.br
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS / PR
Fones: (41) 3383-6650
Departamento Comercial / Administrativo
Email: adm.metropole@hotmail.com
Contato Redação – e-mail: lustosa@onda.com.br
Filiado: Sindicato das Empresas de Jornais e Revistas do Estado do Paraná
ADI – PR – Associação dos Diários do Interior
Representante em Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília: Central e Comunicação – SCS – QD 02 Bl. D/Salas 1002/1003 – Edif. Oscar Niemeyer
CEP 70.316-900 – Brasília – Distrito Federal
Fones: (41) 3323-4071 – (41) 98133-3400
As matérias opinativas que venham assinadas, não expressam necessariamente a opinião do jornal

GEOGROUP PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A. ("Geogroup" ou Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o para o período de 02 de junho de 2016 a 31 de dezembro de 2016, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia para o período de 02 de junho de 2016 a 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao para o período de 02 de junho de 2016 a 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba (PR), 29 de abril de 2020.

Chronus Auditores Independentes S.S.
CRC-PE 000681/O S-MT

Rosivani Pereira Diniz
Contadora CRC-PE-014050/O S-MT

Marcelo Cardona Sobral
Contador CRC-PE-025908/O-8 S-MT

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	31/12/2016
CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	17.655
Total do Ativo Circulante	**17.655**
NÃO CIRCULANTE	
Contas a receber (ativo de concessão)	2.357
Total do Ativo Não Circulante	**2.357**
TOTAL DO ATIVO	**20.012**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016
CIRCULANTE	
Fornecedores	10
Salários e encargos a pagar	15
Total do Passivo Circulante	**26**
NÃO CIRCULANTE	
Impostos Diferidos	328
Total do Passivo Não Circulante	**328**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital social	19.235
Lucros/prejuízos Acumulados	402
Reserva legal	21
Total do Patrimônio Líquido	**19.658**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**20.012**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado do Exercício	31/12/2016 Societário
Receita operacional bruta	
Receita de construção	2.284
Ativo financeiro	74
Pis e Cofins diferido	(83)
Receita operacional líquida	**2.274**
Custos dos bens construídos e serviços prestados	(2.200)
Resultado operacional bruto	**74**
Despesas operacionais	-
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**74**
Resultado financeiro	
Receitas financeiras	638
Despesas financeiras	(31)
Resultado financeiro, líquido	**607**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**681**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(13)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(244)
Lucro (Prejuízo) do exercício	**423**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado Abrangente	31/12/2016
Lucro (Prejuízo) líquido do período	423
Outros resultados abrangentes	-
Lucros (Prejuízos) líquido do período	**423**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do Valor Adicionado	31/12/2016
Receita operacional líquida	**2.274**
Insumos adquiridos de terceiros	
(-) Custo de Construção	(2.200)
Serviços	-
Materiais	-
Outros custos operacionais	-
	(2.200)
Valor adicionado bruto	**74**
Valor adicionado recebido em transferência	
Receitas financeiras	**638**
Valor adicionado total a distribuir	**712**
Distribuição do valor adicionado	
Colaboradores	
Tributos	257
Remuneração de capitais de terceiros (despesas financeiras)	31
Remuneração de capitais próprios (lucros/prejuízos do exercício)	423
Valor adicionado distribuído	**712**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Lucros e prejuízos acumulados	Reserva Legal	Total
Em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-
Capital integralizado	19.235			19.235
Lucros/prejuízo do exercício		423		423
Constituição de Reserva Legal		(21)	21	-
Em 31 de dezembro de 2016	**19.235**	**402**	**21**	**19.658**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2016
Prejuízo do exercício	423
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:	
Impostos diferidos	328
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	
Contas a receber (ativo de concessão)	(2.357)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	
Fornecedores e outras obrigações	25
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	(1.580)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Integralização de capital	19.235
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	19.235
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	17.655
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	17.655
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**17.655**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 02 de junho de 2016 e domiciliada na Rodovia da Energia, KM25, Zona Rural, Bairro Paranaíta, Mato Grosso. O objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e sobressalentes, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica caracterizados no anexo 6 do Edital do leilão nº 13/2015-ANEEL, as quais deverão entrar em operação comercial na data de 27 de junho de 2019 e são descritas a seguir:

Aspectos regulatórios

Em 27 de junho de 2016, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 22/2016, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos.

As Instalações de transmissão localizada no estado de Mato Grosso, compostas pelo novo pátio de subestação Paranaíta, em 500/138 kv, 3 x 50 MVA mais unidade reserva, CONEXÕES DE UNIDADES DE TRANSFORMAÇÃO, INTERLIGAÇÕES DE BARRAMENTOS, barramentos, equipamentos de compensação série e de reativos. Instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Na prestação do serviço público de transmissão, deverão ser atendidos os procedimentos de rede e suas revisões, as cláusulas estabelecidas no contrato de prestação de serviço de transmissão, celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo as condições técnicas e comerciais para disponibilizar as suas instalações de transmissão para a operação interligada.

A Companhia tem até 27 de junho de 2019 para finalizar a construção do empreendimento conforme previsto no Contrato de Concessão, e o investimento total previsto é de aproximadamente R$ 51 Milhões. A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R$ 8,5 milhões (valor original) na data do leilão, com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A e será válida por todo o prazo de operação comercial da LEST. A Companhia considera o início de recebimento da RAP a partir de junho de 2019.

A companhia solicitou no ano de 2016 ao Ministério da Fazenda, junto a Secretaria da Receita Federal, o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), como titular do projeto, o enquadramento foi realizado em 08 de junho de 2017 através do Ato Declaratório Nº 64.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 28 de março de 2017.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards -IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4 Uso de estimativas e juntamentos

A preparação das demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Contas a receber (ativo da concessão) – mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa Interna de Retorno - TIR é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o período da construção. Após a entrada em operação comercial, a TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TIR da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura.

b) Receita de construção - a concessionária, durante a fase de construção dos ativos, reconhece receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Essas receitas são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e pronunciamento técnico CPC 17 – Contratos de Construção. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço da obra, apurado por meio de documentação comprobatória do serviço prestado pelos fornecedores, em comparação com os custos de construção e instalação orçados.

c) Avaliação de instrumentos financeiros – são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.

d) Contrato de concessão - a Companhia adota e utiliza, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, as previsões da interpretação técnica ICPC 01. Essa interpretação orienta as concessionárias sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos por entidades privadas.

e) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos – são registrados passivos relacionados aos impostos diferidos decorrentes das receitas não realizadas.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual.

3 Principais políticas contábeis

3.1 Caixa e equivalente de Caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

São reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros: (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas para obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

A Companhia têm como principais ativos financeiros: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) contas a receber (ativo de concessão).

b) Passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Os principais passivos financeiros classificados nessa categoria são: (i) fornecedores; e (ii) outras obrigações.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço da Companhia, quando houver lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

3.4 Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas em conformidade com o estabelecido pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12 e orientação técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão - vide nota explicativa nº 3.12.). As concessionárias devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 (IAS 11) – Contratos de Construção e CPC 30 (R1) (IAS 18) – Receitas (Serviços de Operação e Manutenção), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de remuneração do ativo da concessão: juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa efetiva sobre o montante a receber da receita de construção. A taxa efetiva de juros é apurada descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida prevista do ativo financeiro sobre o valor contábil inicial desse ativo financeiro.

b) Receita de construção: serviços de construção da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção da infraestrutura são reconhecidas com base nos custos incorridos durante a fase dos estudos iniciais e de construção e é registrada pelo seu valor justo. A Companhia considera margem de (zero) na receita de construção da infraestrutura.

3.5 Contas a receber (ativo de concessão)

Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, incluem os valores a receber referentes aos serviços de construção da infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e dos serviços de operação e manutenção.

3.6 Demonstração de fluxo de caixa

Foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.7 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do prejuízo do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

3.8 Contratos de concessão (interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 – IFRIC 12)

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação da interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 (IFRIC 12), a infraestrutura construída, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles (imobilizados) revertidos ao Poder Concedente no vencimento do respectivo contrato. A concessionária tem direito de operar e manter a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 (IFRIC 12), a concessionária atua como prestadora de serviço. A concessionária constrói, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de construção da infraestrutura) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante o prazo da concessão.

A concessionária deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (R1) (IAS 18). Caso a concessionária realize mais de um serviço (por exemplo, serviços de construção da infraestrutura ou serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contrapartida pelos serviços de construção da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

O ativo financeiro origina-se à medida que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção e melhoria da infraestrutura; o Poder Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento.

A concessionária tem o direito incondicional de receber caixa se o Poder Concedente garantir em contrato o pagamento: (a) de valores preestabelecidos ou determináveis; ou (b) se houver insuficiência dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pela concessionária de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação das concessões detidas pela Companhia estão descritos a seguir:

• A interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 (IFRIC 22) foram consideradas aplicáveis aos contratos de serviço público-privado de que a Companhia faze parte.

• Os ativos vinculados às concessões estão classificados de acordo com o modelode ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e os custos das obrasrelacionadas à formação do ativo financeiro por meio dos custos incorridos.

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Essa indenização somente será paga sobre os valores residuais, se houver, os custos capitalizados após a entrada em operação do empreendimento, que não fazem parte do projeto original. Consequentemente, a Companhia assume que o valor residual vinculado ao projeto original de construção e instalação não tem o direito contratual de recebimento de indenização (Decreto nº 2.003/95).

A Companhia determinou o valor justo dos serviços de implementação da infraestrutura considerando que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção e melhoria da infraestrutura e encargos incidentes. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção e melhoria da infraestrutura foi determinada considerando-se o fluxo de caixa previsto para o ativo da concessão.

Os ativos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis e a remuneração dos ativos de concessão apurada mensalmente é registrada diretamente no resultado.

As receitas com construção da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão apurada sobre o ativo financeiro de construção da infraestrutura estão sujeitas ao diferimento de PIS e COFINS cumulativos, registrados na rubrica "PIS e COFINS diferidos" no passivo não circulante.

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia podem decorrer das decisões operacionais e de gestão ou de fatores externos.

• Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a Companhia expandam os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais os quais poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

• Risco técnico: a infraestrutura das é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

3.9 Redução do valor recuperável ("impairment")

a) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

(i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

b) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

3.10 Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis considerando somente um segmento

(Continua na página seguinte)

operacional, o de transmissão de energia elétrica gerada, que representa integralmente a receita total da Companhia.

3.11 Normas e interpretações que ainda não estão em vigor

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1o de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Administração entende que as novas orientações do IFRS 9 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros, bem como na contabilização das relações de hedge. O Grupo ainda não concluiu a avaliação detalhada de como as provisões de impairment serão afetadas pelo novo modelo. Embora não se espere um impacto relevante, a sua aplicação irá provavelmente antecipar o reconhecimento de perdas.

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1o de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos da adoção da nova norma, mas já identificou as principais áreas que serão afetadas:

- Registros de certos custos incorridos no cumprimento do contrato – certos custos atualmente registrados diretamente na demonstração de resultado poderão ser ativados, nos termos do IFRS 15.

4 Gestão de risco financeiro

Em 31 de dezembro de 2016, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	17.655	17.655
Títulos e valores mobiliários (a)	-	-
Contas a receber (ativo de concessão) (b)	-	-
Total	**17.655**	**17.655**
Passivos financeiros		
Fornecedores (c)	10	10
Outras obrigações (c)	16	16
Total	**26**	**26**

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

• Nível 1 - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações contábeis. Um mercado é visto como ativo se o preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

• Nível 2 - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

• Nível 3 - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

• Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis.

• Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis.

• Contas a receber (ativo da concessão): no início da concessão é mensurado ao valor justo e, posteriormente, mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de desconto é calculada com base no custo de capital próprio e está auferida por meio de componentes internos e de mercado. Após a entrada em operação comercial das linhas de transmissão, a TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção. A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, por meio do recálculo da TIR. Dessa forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com o modelo de precificação com base em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa de desconto atualizada. A taxa de desconto atualizada considera a alteração de variáveis de mercado e mantém as demais premissas utilizadas no início da concessão e ao final da fase de construção.

• Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Não houve transferências entre os níveis de valor justo durante o período.

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possuem outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

b) Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

c) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não praticam aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está expostas é o seguinte:

• Risco relacionado às taxas de juros

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; e (ii) títulos e valores mobiliários.

d) Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores e outras obrigações	10	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015				
Fornecedores e outras obrigações	-	-	-	-

4.2 Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

• Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado.

• Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreende o contas a receber decorrente da concessão, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

• Outros passivos financeiros

São inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2016, passivos financeiros da Companhia classificados nessa categoria compreendiam as contas a pagar aos fornecedores e outras obrigações.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2016
Caixa e bancos	17.655
	17.655

6 Contas a receber (Ativos da Concessão)

	2016
Receita de construção	2.284
Receita de remuneração	74
	2.357
Saldo Acumulado	2.357

7 Fornecedores

	2016
Prestação de serviços	10
	10

8 Impostos diferidos

	2016
IRPJ e CSLL	244
Pis e Cofins	83
Total	**328**

O diferimento dos PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo financeiro e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12).

9 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2016 é representado somente por ações ordinárias:

	Quantidade de ações em milhares
Em 31 de dezembro de 2015	-
Ações ordinárias emitidas	19.235
Em 31 de dezembro de 2016	**19.235**

10 Receita líquida

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida para o exercício findo em 31 de dezembro é como segue:

	2016
Receita de construção	2.284
Receita de remuneração	74
Pis e Cofins diferidos	(85)
	2.274

11 Custos dos bens em construção

	2016
Serviços de Terceiros	6
Adiantamentos a Fornecedores	1.171
Outros custos	1.023
	2.200

12 Resultado financeiro, líquido

	2016
Tarifas, Multa e Juros	(31)
Atualização monetária, IOF	-
Despesas financeiras	**(31)**
Receitas sobre aplicação financeira	638
Receitas financeiras	**638**
Resultado financeiro, líquido	**607**

13 Imposto de renda e contribuição social

reconciliação da despesa de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL apresentada no resultado de 2016 era como segue:

a) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	2016
Receita de construção	2.284
Receita de remuneração	74
Receita financeira	638
Total receita	**2.995**
Receita não realizada	
Receita de construção	2.284
Ativo financeiro	74
Outras Receitas/Ajustes ()	
Total	2.357
IRPJ - 32%	754
Receita financeira	0
Total base de cálculo IRPJ	754
IRPJ - 15%	(113)
Adicional - 10%	(63)
Total IRPJ diferido	**(177)**
Total CSLL diferida - 9%	**(68)**
Total IRPJ e CSLL diferidos	**(244)**

DIRETORIA EXECUTIVA

Carlos Augusto Garret
Diretor Presidente

Guilherme Steilein
Diretor Administrativo

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELAS DEMOSNTRAÇÕES CONTÁBEIS

ASB - ACCOUNTANCY SERVICE BRASIL A. CONTABIL
CRC-RJ 008102/O-6

Leandro Barbalho de Brito
Contador - CRC-RJ 092334/O-9

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR

AVISO DE LICITAÇÃO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 806/2021 – GMS/FUNDEPAR

PROTOCOLO Nº 17.511.373-8 **OBJETO:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de açúcar cristal, açúcar extra fino, banha suína, manteiga com sal – sem necessidade de refrigeração, molho de tomate tradicional, molho de tomate com manjericão, óleo de milho refinado, sal não refinado iodado e vinagre de álcool destinados ao Programa de Alimentação Escolar, Colégios Estaduais Agrícolas e Florestal e demais estabelecimentos de ensino vinculados à Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 05/08/2021, às 09:30** (nove horas e trinta minutos) por meio de sistema eletrônico do Banco do Brasil. **VALOR MÁXIMO:** R$ 33.355.600,00 (trinta e três milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos reais). **RETIRADA DO EDITAL E DOS ELEMENTOS TÉCNICOS INSTRUTORES:** encontram-se à disposição no portal www.licitacoes-e.com.br – PREGÃO ELETRÔNICO DO BANCO DO BRASIL, pesquisa avançada (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL). Também no portal www.comprasparana.pr.gov.br no link Consulta a Licitações: Consulta de Editais. Informações: (41) 3250-8286 ou (41) 3250-8302. **DATA: 21/07/2021**, Comissão Permanente de Licitação.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR

AVISO DE LICITAÇÃO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 821/2021 – GMS/FUNDEPAR

PROTOCOLO Nº 17.540.722-7 **OBJETO:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de sêmola – padre nosso, macarrão com ovos – espaguete, macarrão com ovos – talharim, macarrão com ovos - tortiglione, destinados ao Programa de Alimentação Escolar, Colégios Estaduais Agrícolas e Florestal e demais estabelecimentos de ensino vinculados à Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 06/08/2021, às 09:30** (nove horas e trinta minutos) por meio de sistema eletrônico do Banco do Brasil. **VALOR MÁXIMO:** R$ 16.073.000,00 (dezesseis milhões e setenta e três mil reais). **RETIRADA DO EDITAL E DOS ELEMENTOS TÉCNICOS INSTRUTORES:** encontram-se à disposição no portal www.licitacoes-e.com.br – PREGÃO ELETRÔNICO DO BANCO DO BRASIL, pesquisa avançada (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL). Também no portal www.comprasparana.pr.gov.br no link Consulta a Licitações: Consulta de Editais. Informações: (41) 3250-8286 ou (41) 3250-8302. **DATA: 21/07/2021**, Comissão Permanente de Licitação.

EDITAL DE PROCLAMAS
SERVIÇO DISTRITAL DE SANTA QUITÉRIA
Av. N. Sra. Aparecida, 385, loja 13, Seminário – CEP: 80.440-000.
Tel (41) 3094-9900 – CURITIBA – PR

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525 do Código Civil Brasileiro:

RODRIGO VOTRE e FRANCIELY GALASSI DE CARVALHO
EDSON PANCERA e RONALDO DAMSKI
FABIO MUNIZ CHUBA e MELINA DE OLIVEIRA HARTMANN
ARISTIDES OLIMPIO MANOEL e CLÊNIA CHAGAS FRANÇA
LUCAS DA CUNHA FERREIRA e BRUNA SCHWARZ
VALDENIR DE CARVALHO DE OLIVEIRA e MARIA VICTORIA BENITEZ NOGUERA

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei, no prazo de quinze dias.

O referido é verdade e dou fé.

Curitiba-PR, 21 de Julho de 2021.

FRANCIELLE RIBEIRO
ESCREVENTE

JUÍZO DE DIREITO DA SÉTIMA VARA CÍVEL Cartório da 7ª. Vara Cível Dra. Katya de Araújo Carollo – Escrivã Av. Cândido de Abreu, 535 – 7º. Andar Caroline M.C.S de Matos – E. Juramentada Comarca de Curitiba - Estado do Paraná Patricia Carla Gonçalves - E. Juramentada **EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU CLAITON KESSE MIURA, COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS, NA FORMA ABAIXO**: Edital de Citação do Réu **CLAITON KESSE MIURA**, pessoa física, inscrita no CPF/MF sob o nº. 319.938.809-34, atualmente encontra-se em lugar incerto e não sabido, para que tome conhecimento dos termos da presente ação, em trâmite perante este Juízo, bem como para que, querendo apresente contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, através de advogado, contados a partir do decurso do prazo do Edital, a Ação PROCEDIMENTO COMUM sob nº. 0015108-58.2020.8.16.0001, que tramita na 7ª. Vara Cível de Curitiba pelo sistema Projudi, sito na Av. Cândido de Abreu, 535, 7º. andar, Fórum Cível, Centro Cívico, movida por **ASSOCIACAO RELIGIOSA PIO XII e NOVA PARANAENSE ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA** contra **CLAITON KESSE MIURA**, que em síntese aduz o seguinte: "As partes pactuaram o contrato nº 912728, uso do jazigo 398. O réu não efetuou o pagamento das taxas de manutenção e administração. Requer a rescisão do contrato." DESPACHO DE SEQUÊNCIA 236.1: "Compulsando os autos, verifica-se que todos os endereços indicados nas diligências realizadas e ofícios expedidos já foram diligenciados, o que demonstra que o Réu se encontra em local incerto ou não sabido. Sendo assim, defiro a citação via edital do Réu conforme pleiteado (seq. 234.1). Observem-se as prescrições legais quanto ao prazo, publicação e fixação do edital. No mais, cumpram-se as disposições do CPC e do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça. Curitiba, 02 de julho de 2021. (a) CARLA MELISSA MARTINS TRIA, Juíza de Direito Substituta." ADVERTÊNCIA: Presumem-se verdadeiros os fatos articulados pelo(a) autor(a) se não contestado(s). E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, expedi o presente edital, que será publicado e afixado no lugar de costume, com a ressalva de que será nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257 do NCPC). **Curitiba, aos 22 dias do mês de julho do ano dois mil e vinte e um. E Eu, (a) (Katya de Araújo Carollo) Escrivã, o fiz digitar. SOB MINUTA. CARLA MELISSA MARTINS TRIA Juíza de Direito Substituta Assinado Digitalmente.**

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Odair Jose de Oliveira - Lavagem de Veiculos – ME torna público que recebeu do IAT, Licença de Operação nº 243339, com validade de 6 (seis) anos, para o empreendimento de Serviços de Lavagem de Veiculos Automotores, no município de São Jose dos Pinhais – PR.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

MOACIR JOSE DE RAMOS 62444816900, CNPJ 14.719.091/0001-24, torna público que irá requerer ao IAT a Licença Prévia para Fabricação de móveis com predominância de madeira, instalada na Rua: HONORATO DA SILVEIRA, 212 - Ipê - São José dos Pinhais/Pr.

---

bradesco

EDITAL DE LEILÃO SOMENTE "ON-LINE" DE APARTAMENTO - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR

Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da lei 9.514/97. Local da realização dos leilões: Em razão da Pandemia ocasionada pelo COVID-19, os leilões em cumprimento a lei 9.514/97, estão sendo realizados na modalidade online através do site do Leiloeiro Oficial: **www.freitasleiloeiro.com.br. Localização do imóvel: São José dos Pinhais-PR.** Parque da Fonte. Loteamento Zispin II. Rua Professora Ernestina Macedo Souza Cortes, 1219 (Lt. 32 da qd. 17). Condomínio Residencial das Araucárias. **Ap. 402** - tipo "1" (4º pav.), c/ 02 vagas de garagem nºs 16A e 16B (térreo). Área constr. exclusiva 83,5100m². Matr. 90.930 do RI da 1ª Circunscrição local. Obs.: Ocupado. (AF). **1º Leilão: 05/08/2021, às 10h00. Lance mínimo:** R$ 322.000,00. **2º Leilão: 12/08/2021, às 10h00. Lance mínimo:** R$ 311.963,01 (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **www.BANCO.BRADESCO/LEILOES e www.FREITASLEILOEIRO.com.br**

SÚMULA DE REQUERIMENTO DA LICENÇA PRÉVIA

EXPRESS CARREGAMENTO & TRANSPORTE CNPJ 03.285.183/0003-99 torna público que irá requerer ao IAT, a Licença Prévia – LP, para TRANSPORTE RODOVIARIO DE PRODUTOS NAO PERIGOSOS E TRANSPORTE RODOVIARIO DE PRODUTOS PERIGOSOS a ser implantada ROD BR 376, 19200, KM 621, SÃO MARCOS, SAO JOSE DOS PINHAIS, PARANA.

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Sidnei Batista de Oliveira torna público que recebeu do IAT, Licença de Operação nº 240492-R1, com validade de 6 (seis) anos, para o empreendimento de Serviços de Lavagem de Veiculos Automotores, no município de São Jose dos Pinhais – PR.

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

BRUCKER & PEREIRA TRANSPORTES LTDA, CNPJ 16.707.892/0004-48 torna público que recebeu do IAT, a Licença de Instalação para o transporte a granel de gases instalada Rodovia Contorno Leste BR-116, 5800, sala 01, São José dos Pinhais/PR.

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

BRUCKER & PEREIRA TRANSPORTES LTDA, CNPJ 16.707.892/0004-48 torna público que recebeu do IAT, a Licença de Operação para o transporte a granel de gases instalada Rodovia Contorno Leste BR-116, 5800, sala 01, São José dos Pinhais/PR.

---

07 2021CARTÓRIO DISTRITAL DO TABOÃO
Rua Mateus Leme, 1425, Centro Cívico, Cep: 80.530-010
Tel (41) 3352-3212 – Fax (41) 3352-3222 – CURITIBA -PR

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525 do Código Civil Brasileiro:

1-CARLOS MIURA JUNIOR e CAMILLY FABIENSKI ERENO
2-CAIO JDNYCZUK e NATALIA JUSTINO TAVARES
3-AMÓS PAULINO DA SILVA e BRENDA CRISTINE GANÂNCIO DE SOUSA

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei, no prazo de quinze dias.

O referido é verdade e dou fé.
Curitiba-PR, 22 de julho de 2021.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – FORO CENTRAL DE CURITIBA 17ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI Rua Mateus Leme, 1.142 - Fórum Cível 2, 8º Andar - Centro Cívico - Atendimento: 12:30 às 18:00horas. - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010 - Fone: 3254-8382 - E-mail: ctba-17vj-e@tjpr.jus.br **EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS.** Processo: 0008982-61.2006.8.16.0001 Classe Processual: Cumprimento de sentença Assunto Principal: Despesas Condominiais Valor da Causa: R$861,00 Exequente(s): CONDOMINIO EDIFICIO PRINCESS DIANE (CPF/CNPJ: Não Cadastrado) Rua Euclides da Cunha, 1363 - CURITIBA/PR Executado(s): CLOVIS ROMEU KAMPE DE AZEVEDO (RG: 1438437-0 SSP/PR e CPF/CNPJ: 321.170.949-53) Avenida Jacob Macanhan, 388 LOJA 3 - Centro - PINHAIS/PR - CEP: 83.320-332 **EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE CLOVIS ROMEU KAMPE DE AZEVEDO DA AVALIAÇÃO, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.** O DOUTOR **AUSTREGÉSILO TREVISAN**, JUIZ DE DIREITO DA DÉCIMA SÉTIMA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ FAZ SABER, a todos quantos virem o presente ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo e Cartório da 17ª Vara Cível, tramitam os autos de **AÇÃO SUMÁRIA DE COBRANÇA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, tomada sob o n.º 0008982-61.2006.8.16.0001** requerida por **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO PRINCESS DIANE em face de CLÓVIS ROMEU KAMPE DE AZEVEDO**, tendo endereço em lugar incerto e não sabido, ficando devidamente **INTIMADO**, da avaliação realizada sob: "Apartamento nº 1007 no 12º pavimento do Edifício Princess Diane, situado na Rua Euclides da Cunha nº 1363, Bigorrilho, nesta Capital, com área construída privativa de 21.0700 m², área comum de 8.8500 m², área construída global de 29.1200 m², com as demais características constantes na Matrícula nº 26277 da 1ª Circunscrição do Registro de Imóveis de Curitiba, IF 13.058.806, idade: 20 anos, que se avalia o **IMÓVEL em R$ 125.000,00 (CENTO E VINTE E CINCO MIL REAIS).** Curitiba, 24 de Setembro de 2019.", ficando o Executado, CLÓVIS ROMEU KAMPE DE AZEVEDO, constituído como fiel depositário do bem penhorado e avaliado, no ato de sua intimação, conforme o art. 845, §1º do NCPC. PEÇA VESTIBULAR EM RESUMO: "CONDOMÍNIO EDIFÍCIO PRINCESS DIANE" requer ação de COBRANÇA em face de CLÓVIS ROMEU KAMPE DE AZEVEDO, pelos seguintes fatos: O suplicante é proprietário do imóvel matriculado sob o nº 26277 da 01ª Circunscrição Imobiliária, sito na Rua Euclides da Cunha, nº 1363, Bairro: Bigorrilho, Apartamento 1007, nesta Capital, e que o mesmo encontra-se em débito com as taxas condominiais. Curitiba, 23 de junho de 2021. Eu, Anísio Vieira dos Santos, Técnico Judiciário, o digitei e conferi. Assinado Digitalmente **Austregésilo Trevisan Juiz de Direito**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
ESTADO DO PARANÁ

SERVIÇO DISTRITAL DE CAMPO LARGO DA ROSEIRA

BEL. ROBERTO MACHNIEVSCZ

Rua Antonio Prendin Neto nº 100, Jardim Montreal CEP 83091-220 – Fone (41) 33820203

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os contraentes:

LUCAS MARIALVA OSORIO e AYANE VICTORIA SILVA COELHO

São José dos Pinhais, 22 de julho de 2021.

Roberto Machnievscz
Tabelião e Registrador Civil

GEOGROUP PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A. ("Geogroup" ou Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba (PR), 29 de abril de 2020.

Chronus Auditores Independentes S.S
CRC-PE 000681/O S-MT

Rosevam Pereira Diniz
Contadora CRC-PE-014050/O S-MT

Marcelo Cardona Sobral
Contador CRC-PE-025908/O-8 S-MT

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	7.854	17.655
Impostos a recuperar	27	-
Mútuos	-	-
Total do Ativo Circulante	**7.881**	**17.655**
NÃO CIRCULANTE		
Mútuos	157	-
Contas a receber (ativo de concessão)	5.483	2.357
Total do Ativo Não Circulante	**5.639**	**2.357**
TOTAL DO ATIVO	**13.520**	**20.012**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		
Fornecedores	70	10
Salários e encargos a pagar	-	15
Total do Passivo Circulante	**70**	**26**
NÃO CIRCULANTE		
Mútuos	-	-
Impostos Diferidos	747	328
Total do Passivo Não Circulante	**747**	**328**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	11.121	19.235
Lucros/prejuízos Acumulados	1.503	402
Reserva legal	79	21
Total do Patrimônio Líquido	**12.703**	**19.658**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**13.520**	**20.012**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado do Exercício	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional bruta		
Receita de construção	2.666	2.284
Ativo financeiro	459	74
Pis e Cofins diferido	(97)	(83)
Receita operacional líquida	**3.028**	**2.274**
Custos dos bens construídos e serviços prestados	(2.569)	(2.200)
Resultado operacional bruto	**459**	**74**
Despesas operacionais	-	-
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**459**	**74**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	1.258	638
Despesas financeiras	(3)	(31)
Resultado financeiro, líquido	**1.255**	**607**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**1.715**	**681**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(234)	(13)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(322)	(244)
Lucro (Prejuízo) do exercício	**1.158**	**423**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (Prejuízo) líquido do período	1.158	423
Outros resultados abrangentes	-	-
Lucros (Prejuízos) líquido do período	**1.158**	**423**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do Valor Adicionado	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	**3.028**	**2.274**
Insumos adquiridos de terceiros		
(-) Custo de Construção	(2.569)	(2.200)
Serviços	-	-
Materiais	-	-
Outros custos operacionais	-	-
	(2.569)	**(2.200)**
Valor adicionado bruto	**459**	**74**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.258	638
Valor adicionado total a distribuir	**1.717**	**712**
Distribuição do valor adicionado		
Colaboradores		
Tributos	556	257
Remuneração de capitais de terceiros (despesas financeiras)	3	31
Remuneração de capitais próprios (lucros/prejuízos do exercício)	1.158	423
Valor adicionado distribuído	**1.717**	**712**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Lucros e prejuízos acumulados	Reserva Legal	Total
Em 31 de dezembro de 2016	**19.235**	**402**	**21**	**19.658**
Capital integralizado	(8.114)			(8.114)
Lucros/prejuízo do exercício		1.158		1.158
Constituição de Reserva Legal		(58)	58	-
Em 31 de dezembro de 2017	**11.121**	**1.503**	**79**	**12.703**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo do exercício	1.158	423
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Impostos diferidos	420	328
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber (ativo de concessão)	(3.125)	(2.357)
Tributos a recuperar	(27)	-
Contas a receber partes relacionadas	(157)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores e outras obrigações	45	25
Obrigações fiscais	-	0
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	(1.686)	(1.580)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação empréstimo BNDES		
Integralização de capital	(8.114)	19.235
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(8.114)	19.235
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(9.800)	17.655
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	17.655	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7.854	17.655
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(9.800)**	**17.655**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 02 de junho de 2016 e domiciliada na Rodovia da Energia, KM25, Zona Rural, Bairro Paranaíta, Mato Grosso. O objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e sobressalentes, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica caracterizadas no anexo 6 do Edital do leilão nº 13/2015-ANEEL, as quais deverão entrar em operação comercial na data de 27 de junho de 2019 e são descritas a seguir:

Aspectos regulatórios

Em 27 de junho de 2016, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 22/2016, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos.

As Instalações de transmissão localizada no estado de Mato Grosso, compostas pelo novo pátio de subestação Paranaíta, em 500/138 kv, 3 x 50 MVA mais unidade reserva, CONEXÕES DE UNIDADES DE TRANSFORMAÇÃO, INTERLIGAÇÕES DE BARRAMENTOS, barramentos, equipamentos de compensação série e de reativos. Instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Na prestação do serviço público de transmissão, deverão ser atendidos os procedimentos de rede e suas revisões, as cláusulas estabelecidas no contrato de prestação de serviço de transmissão, celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo as condições técnicas e comerciais para disponibilizar as suas instalações de transmissão para a operação interligada.

A Companhia tem até 27 de junho de 2019 para finalizar a construção do empreendimento conforme previsto no Contrato de Concessão, e o investimento total previsto é de aproximadamente R$ 51 Milhões. A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R$ 8,5 milhões (valor original) na data do leilão, com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPC-A e será válida por todo o prazo de operação comercial da LEST. A Companhia considera o início de recebimento da RAP a partir de junho de 2019.

A companhia solicitou no ano de 2016 ao Ministério da Fazenda, junto a Secretaria da Receita Federal, o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), como titular do projeto, o enquadramento foi realizado em 08 de junho de 2017 através do Ato Declaratório Nº 64.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 28 de março de 2018.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards -IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Contas a receber (ativo da concessão) – mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa Interna de Retorno - TIR é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o período da construção. Após a entrada em operação comercial, a TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TIR da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura.

b) Receita de construção - a concessionária, durante a fase de construção dos ativos, reconhece receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Essas receitas são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e pronunciamento técnico CPC 17 – Contratos de Construção. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço da obra, apurado por meio de documentação comprobatória do serviço prestado pelos fornecedores, em comparação com os custos de construção e instalação orçados.

c) Avaliação de instrumentos financeiros – são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.

d) Contrato de concessão - a Companhia adota e utiliza, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, as previsões da interpretação técnica ICPC 01. Essa interpretação orienta as concessionárias sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos por entidades privadas.

e) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos – são registrados passivos relacionados aos impostos diferidos decorrentes das receitas não realizadas. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual.

3 Principais políticas contábeis

3.1 Caixa e equivalente de Caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

São reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros: (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas para obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

A Companhia têm como principais ativos financeiros: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) contas a receber (ativo de concessão).

b) Passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Os principais passivos financeiros classificados nessa categoria são: (i) fornecedores; e (ii) outras obrigações.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço da Companhia, quando houver lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

3.4 Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas em conformidade com o estabelecido pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12 e orientação técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão - vide nota explicativa nº 3.12.). As concessionárias devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 (IAS 11) – Contratos de Construção e CPC 30 (R1) (IAS 18) – Receitas (Serviços de Operação e Manutenção), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de remuneração do ativo da concessão: juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa efetiva sobre o montante a receber da receita de construção. A taxa efetiva de juros é apurada descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida prevista do ativo financeiro sobre o valor contábil inicial desse ativo financeiro.

b) Receita de construção: serviços de construção da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção da infraestrutura são reconhecidas com base nos custos incorridos durante a fase dos estados iniciais e de construção e é registrada pelo seu valor justo. A Companhia considera margem de (zero) na receita de construção da infraestrutura.

3.5 Contas a receber (ativo de concessão)

Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, incluem os valores a receber referentes aos serviços de construção da infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e dos serviços de operação e manutenção.

3.6 Demonstração de fluxo de caixa

Foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.7 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do prejuízo do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

3.8 Contratos de concessão (interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 – IFRIC 12)

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação da interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 (IFRIC 12), a infraestrutura construída, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles (imobilizados) revertidos ao Poder Concedente no vencimento do respectivo contrato. A concessionária tem direito de operar e manter a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 (IFRIC 12), a concessionária atua como prestadora de serviço. A concessionária constrói, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de construção da infraestrutura) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante o prazo da concessão.

A concessionária deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (R1) (IAS 18). Caso a concessionária realize mais de um serviço (por exemplo, serviços de construção da infraestrutura ou serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contrapartida pelos serviços de construção da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

O ativo financeiro origina-se à medida que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção e melhoria da infraestrutura; o Poder Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento.

A concessionária tem o direito incondicional de receber caixa se o Poder Concedente garantir em contrato o pagamento: (a) de valores preestabelecidos ou determináveis; ou (b) se houver insuficiência dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pela concessionária de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação das concessões detidas pela Companhia estão descritos a seguir:

• A interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 (IFRIC 22) foram consideradas aplicáveis aos contratos de serviço público-privado de que a Companhia faze parte.

• Os ativos vinculados às concessões estão classificados de acordo com o modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e os custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro por meio dos custos incorridos.

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Essa indenização somente será paga sobre os valores residuais, se houver, os custos capitalizados após a entrada em operação do empreendimento, que não fazem parte do projeto original. Consequentemente, a Companhia assume que o valor residual vinculado ao projeto original de construção e instalação não tem o direito contratual de recebimento de indenização (Decreto nº 2.003/95).

A Companhia determinou o valor justo dos serviços de implementação da infraestrutura considerando que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção e melhoria da infraestrutura e encargos incidentes. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção e melhoria da infraestrutura foi determinada considerando-se o fluxo de caixa previsto para o ativo da concessão.

Os ativos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis e a remuneração dos ativos de concessão apurada mensalmente é registrada diretamente no resultado.

As receitas com construção da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão apurada sobre o ativo financeiro de construção da infraestrutura estão sujeitas ao diferimento de PIS e COFINS cumulativos, registrados na rubrica "PIS e COFINS diferidos" no passivo não circulante.

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia podem decorrer das decisões operacionais e de gestão ou de fatores externos.

• Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a Companhia expandam os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais os quais poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

• Risco técnico: a infraestrutura das é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

3.9 Redução do valor recuperável ("impairment")

a) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

(i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

(Continua na página seguinte)

b) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de"impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

3.10 Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica gerada, que representa integralmente a receita total da Companhia.

3.11 Normas e interpretações que ainda não estão em vigor

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1o de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Administração entende que as novas orientações do IFRS 9 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros, bem como na contabilização das relações de hedge. O Grupo ainda não concluiu a avaliação detalhada de como as provisões de impairment serão afetadas pelo novo modelo. Embora não se espere um impacto relevante, a sua aplicação irá provavelmente antecipar o reconhecimento de perdas.

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1o de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos da adoção da nova norma, mas já identificou as principais áreas que serão afetadas:

- Registros de certos custos incorridos no cumprimento do contrato – certos custos atualmente registrados diretamente na demonstração de resultado poderão ser ativados, nos termos do IFRS 15.

4 Gestão de risco financeiro

Em 31 de dezembro de 2017, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equiv alentes de caixa (a)	7.854	7.854
Total	**7.854**	**7.854**
Passivos financeiros		
Fornecedores (c)	70	70
Total	**70**	**70**

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

• Nível 1 - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações contábeis. Um mercado é visto como ativo se o preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

• Nível 2 - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

• Nível 3 - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

• Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis.

• Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis.

• Contas a receber (ativo da concessão): no início da concessão é mensurado ao valor justo e, posteriormente, mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de desconto é calculada com base no custo de capital próprio e está aferida por meio de componentes internos e de mercado. Após a entrada em operação comercial das linhas de transmissão, a TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção. A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, por meio do recálculo da TIR. Dessa forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com o modelo de precificação com base em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa de desconto atualizada. A taxa de desconto atualizada considera a alteração de variáveis de mercado e mantém as demais premissas utilizadas no início da concessão e ao final da fase de construção.

• Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Não houve transferências entre os níveis de valor justo durante o período.

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possuem outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

b) Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

c) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não praticam aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está expostas é o seguinte:

• Risco relacionado às taxas de juros

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; e (ii) títulos e valores mobiliários.

d) Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e. cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores e outras obrigações	70	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores e outras obrigações	10	-	-	-

4.2 Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

• Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado.

• Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreende o contas a receber decorrente da concessão, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

• Outros passivos financeiros

São inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2016, passivos financeiros da Companhia classificados nessa categoria compreendiam as contas a pagar aos fornecedores e outras obrigações.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa e bancos	7.854	17.655
	7.854	**17.655**

6 Contas a receber (Ativos da Concessão)

	2017	2016
Receita de construção	2.666	2.284
Receita de remuneração	459	74
	3.125	2.357
Saldo Acumulado	5.483	2.357

7 Impostos a Recuperar

	2017
IRRF sobre aplicação financeira	27
	27

8 Fornecedores

	2017	2016
Prestação de serviços	70	10
	70	**10**

9 Impostos diferidos

	2017	2016
IRPJ e CSLL	567	244
Pis e Cofins	180	83
Total	**747**	**328**

10 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2017 é representado somente por ações ordinárias:

	Quantidade de ações em milhares
Em 31 de dezembro de 2016	**19.235**
Ações ordinárias emitidas	(8.114)
Em 31 de dezembro de 2017	**11.121**

11 Resultado financeiro, líquido

	2017	2016
Tarifas, Multa e Juros	(3)	(31)
Atualização monetária, IOF	-	-
Despesas financeiras	**(3)**	**(31)**
Receitas sobre aplicação financeira	1.258	638
Receitas financeiras	**1.258**	**638**
Resultado financeiro, líquido	**1.255**	**607**

12 Custos dos bens em construção

	2017	2016
Serviços de Terceiros	2	6
Serviços de Engenharia, Obra Civil e Montagens	1.345	-
Adiantamentos a Fornecedores	992	1.171
Outros custos	231	1.023
	2.569	**2.200**

13 Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da despesa de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL apresentada no resultado de 2017 era como segue:

a) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	2017	2016
Receita de construção	2.666	2.284
Receita de remuneração	459	74
Receita financeira	1.258	638
Total receita	**4.383**	**2.995**
Receita não realizada		
Receita de construção	2.666	2.284
Ativo financeiro	459	74
Total	3.125	2.357
IRPJ - 32%	1.000	754
Total base de cálculo IRPJ	1.000	754
IRPJ - 15%	(150)	(113)
Adicional - 10%	(82)	(63)
Total IRPJ diferido	**(232)**	**(177)**
Total CSLL diferida - 9%	**(90)**	**(68)**
Total IRPJ e CSLL diferidos	**(322)**	**(244)**

DIRETORIA EXECUTIVA

Carlos Augusto Garret
Diretor Presidente

Guilherme Steilein
Diretor Administrativo

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELAS DEMOSNTRAÇÕES CONTÁBEIS

ASB - ACCOUNTANCY SERVICE BRASIL A. CONTABIL
CRC-RJ 008102/O-6

Leandro Barbalho de Brito
Contador - CRC-RJ 092334/O-9

Fomento Paraná já destinou R$ 140 milhões a empreendedores de Curitiba e região na pandemia

São 7.300 empreendimentos que obtiveram financiamentos para enfrentar a crise econômica decorrente da Covid-19. Eles são beneficiados pelas diversas linhas de crédito da Fomento Paraná, como o microcrédito, Banco da Mulher Paranaense e recursos de repasse, como o Fungetur, do Ministério do Turismo, e linhas do BNDES e da Finep.

A Fomento Paraná contratou R$ 140 milhões em financiamentos junto a empreendedores de Curitiba e Região Metropolitana desde o início da pandemia do coronavírus. São 7.300 micro e pequenas empresas beneficiadas. Só na Capital foram financiados R$ 100 milhões, atendendo 4.100 empresas. Os restantes R$ 40 milhões foram para empreendimentos de municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

"Esse dinheiro ajuda as empresas a superarem a crise, dá um fôlego no fluxo de caixa e permite que o empreendedor vislumbre a retomada econômica", afirma Heraldo Neves, diretor-presidente da Fomento Paraná. "A diretriz do governador Carlos Massa Ratinho Junior é a de expandir a oferta de crédito para reduzir os impactos da Covid-19 na economia paranaense. E os recursos da Fomento Paraná destinados aos empreendedores da Capital e Região demonstram a concretização deste compromisso".

Fomento Paraná - Foto: Geraldo Bubniak© Geraldo Bubniak/AEN

LINHAS DE CRÉDITO

Os 7.300 empreendedores são beneficiados pelas diversas linhas de crédito da Fomento Paraná, como o microcrédito, Banco da Mulher Paranaense e recursos de repasse, como o Fungetur, do Ministério do Turismo, e linhas do BNDES e da Finep.

"Destinamos mais de R$ 10 milhões somente no microcrédito, em operações de até 20 mil cada, para a Região Metropolitana. Além de apoiar o empreendedor, este recurso gira na economia dos municípios, beneficiando setores de materiais de construção, mercados, padarias e o comércio como um todo", explica Vinicius Rocha, diretor de Mercado da Fomento Paraná.

PARANÁ RECUPERA

Pelo Programa Paraná Recupera, com operações de crédito de até R$ 6 mil cada, são 2.900 empreendimentos financiados totalizando R$ 14 milhões contratados com as micro e pequenas empresas de Curitiba.

Considerando a Região Metropolitana são mais de 5 mil empreendedores beneficiados durante a pandemia, com R$ 28 milhões contratados pela instituição estadual para preservar salários e empregos desde o lançamento do programa em março de 2020.

FUNDO DE AVAL

Na última semana foi lançado o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe), objeto de parceria da instituição com o Sebrae. O Fampe pode ser utilizado como opção de garantia nas operações de microcrédito, garantindo até 80% do crédito contratado pela Fomento Paraná em empréstimos e financiamentos de até R$ 20 mil para Microempreendedores Individuais (MEI) e Microempresas.

Fomento Paraná capacita agentes para ampliar oferta de crédito

AGÊNCIA DO TRABALHADOR

O empreendedor de Curitiba que busca um financiamento da Fomento Paraná pode procurar a Agência do Trabalhador, operada pela Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho. O endereço é Rua Pedro Ivo, 503, no Centro. Os telefones para contato são 3883-2201 e 3883-2216.

Nas Ruas da Cidadania ele pode procurar pelo atendimento nos Espaços Empreendedor, que possuem convênio com a Garantisul, sociedade garantidora de crédito que trabalha como correspondente da Fomento Paraná.

A instituição também recebe pedidos de financiamento online por meio de uma plataforma digital de contratação. O acesso é feito diretamente neste link.

RENEGOCIAÇÃO DE CONTRATOS

A Fomento Paraná permanece aberta à possibilidade de renegociação de contratos de clientes que estejam com dificuldades para pagar ou com alguma parcela já em atraso. Para renegociar um contrato, o cliente deve buscar as informações AQUI.

Casa Civil reforça rede de combate à violência contra a mulher no Paraná - Foto: Casa Civil© CASA CIVIL

Casa Civil reforça rede de combate à violência contra a mulher no Paraná

Desde 2019 foram realizadas 226 palestras em escolas, igrejas e unidades municipais urbanas e rurais para apoiar mulheres e famílias vítimas de violência doméstica. As prefeituras recebem apoio na construção e implantação de programas que atendam as vítimas, além de orientação para acessar recursos federais.

Responsável pela interlocução com sociedade civil, administrações municipais e todos os demais poderes, a Casa Civil do Governo do Paraná conta, desde 2019, com uma área dedicada a políticas públicas de combate à violência contra a mulher. Palestras em escolas, igrejas e unidades municipais nos centros urbanos e rurais são realizadas para apoiar mulheres e famílias vítimas de violência doméstica.

As prefeituras recebem atendimento especial na construção de projetos de lei e de programas que atendam mulheres vitimadas e suas famílias, além de orientação para acessar os recursos federais.

"O trabalho realizado pela Casa Civil reforça a rede de combate à violência contra a mulher do Estado, atuando diretamente na orientação e prevenção e no apoio às administrações municipais que querem implantar novos projetos com o objetivo de reduzir os índices de violência", afirma o chefe da Casa Civil, Guto Silva.

Desde o início deste trabalho, foram feitas 226 palestras físicas e virtuais – modelo que foi adotado em 2020, em função da pandemia – destinadas a 84 municípios. Destas, 119 aconteceram em escolas, atendendo exclusivamente as jovens.

De acordo com a assessora especial da Casa Civil, responsável pela área de políticas das mulheres, Goretti Bussulo, a resposta é imediata. "Em toda palestra em escola as jovens fazem denúncias de violência doméstica", diz.

AÇÕES – A atuação da Casa Civil se soma a outras oferecidas por diversas áreas do Estado. Em 2020, as mulheres vítimas de violência ganharam um apoio importante com a possibilidade de registrar boletins de ocorrência referentes a crimes de violência doméstica e familiar (Lei Maria da Penha) no site da Polícia Civil do Paraná.

Na outra ponta, o Banco da Mulher Paranaense, criado em 2019, oferece condições para que a mulher ganhe independência econômica e consiga administrar sua vida e de seus filhos longe de um companheiro agressivo. Mais de cinco mil empreendedoras já foram beneficiadas.

Gerenciado pela Fomento Paraná, o Banco da Mulher Paranaense oferece financiamentos com taxas de juros mais baixas para apoiar pequenos negócios que tenham mulheres como proprietárias ou sócias.

Cerca de 90% dos recursos concedidos são da linha de microcrédito, com limites de até R$ 10 mil para empreendedores pessoa física e até R$ 20 mil para pessoa jurídica (MEI, EI, Eireli).

GEOGROUP PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Geogroup Paranaíta Transmissora de Energia SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Geogroup Paranaita Transmissora de Energia SPE S.A. ("Geogroup" ou Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba (PR), 29 de abril de 2020.

Chronus Auditores Independentes S.S.
CRC-PE 000681/O S-MT

Rosivam Pereira Diniz — Contadora CRC-PE-014050/O S-MT
Marcelo Cardona Sobral — Contador CRC-PE-025908/O-8 S-MT

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	2.939	7.854
Impostos a recuperar	49	27
Mútuos	5	-
Total do Ativo Circulante	**2.993**	**7.881**
NÃO CIRCULANTE		
Mútuos	-	157
Contas a receber (ativo de concessão)	36.678	5.483
Total do Ativo Não Circulante	**36.678**	**5.639**
TOTAL DO ATIVO	**39.671**	**13.520**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE		
Fornecedores	5.706	70
Salários e encargos a pagar	122	-
Obrigações Tributárias	11	-
Total do Passivo Circulante	**5.839**	**70**
NÃO CIRCULANTE		
Mútuos	9.800	-
Impostos Diferidos	5.155	747
Total do Passivo Não Circulante	**14.955**	**747**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	18.001	11.121
Lucros/prejuízos Acumulados	797	1.503
Reserva legal	79	79
Total do Patrimônio Líquido	**18.877**	**12.703**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**39.671**	**13.520**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado do Exercício	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional bruta		
Receita de construção	28.444	2.666
Ativo financeiro	2.751	459
Pis e Cofins diferido	(1.038)	(97)
Receita operacional líquida	**30.157**	**3.028**
Custos dos bens construídos e serviços prestados	(27.405)	(2.569)
Resultado operacional bruto	**2.752**	**459**
Despesas operacionais		
Com pessoal	(15)	-
Gerais e administrativas	(127)	-
	(142)	-
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**2.610**	**459**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	389	1.258
Despesas financeiras	(92)	(3)
Resultado financeiro, líquido	**296**	**1.255**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**2.906**	**1.715**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(242)	(234)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.370)	(322)
Lucro (Prejuízo) do exercício	**(707)**	**1.158**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (Prejuízo) líquido do período	(707)	1.158
Outros resultados abrangentes	-	-
Lucro líquido do exercício	**(707)**	**1.158**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do Valor Adicionado	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	**30.157**	**3.028**
Insumos adquiridos de terceiros		
(-) Custo de Construção	(27.405)	(2.569)
Serviços	(15)	-
Materiais	(127)	-
Outros custos operacionais	(0)	-
	(27.548)	**(2.569)**
Valor adicionado bruto	**2.609**	**459**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	**389**	**1.258**
Valor adicionado total a distribuir	**2.999**	**1.717**
Distribuição do valor adicionado		
Colaboradores	-	-
Tributos	3.612	556
Remuneração de capitais de terceiros (despesas financeiras)	92	3
Remuneração de capitais próprios (lucros/prejuízos do exercício)	(707)	1.158
Valor adicionado distribuído	**2.998**	**1.717**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Lucros e prejuízos acumulados	Reserva Legal	Total
Em 31 de dezembro de 2017	**11.121**	**1.503**	**79**	**12.703**
Capital integralizado	6.880	-	-	6.880
Aumento de capital	-	-	-	-
Lucros/prejuízo do exercício	-	(707)	-	(707)
Em 31 de dezembro de 2018	**18.001**	**797**	**79**	**18.877**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo do exercício	(707)	1.158
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Impostos diferidos	4.408	420
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber (ativo de concessão)	(31.195)	(3.125)
Tributos a recuperar	(22)	(27)
Contas a receber partes relacionadas	152	(157)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores e outras obrigações	5.758	45
Obrigações fiscais	11	-
Partes relacionadas	9.800	-
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	(11.795)	(1.686)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação empréstimo BNDES		
Integralização de capital	6.880	(8.114)
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	6.880	(8.114)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(4.915)	(9.800)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.854	17.655
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.939	7.854
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(4.915)**	**(9.800)**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Geogroup Paranaita Transmissora de Energia SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 02 de junho de 2016 e domiciliada na Rodovia da Energia, KM25, Zona Rural, Bairro Paranaita, Mato Grosso. O objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e sobressalentes, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica caracterizadas no anexo 6 do Edital do leilão nº 13/2015-ANEEL, as quais deverão entrar em operação comercial na data de 27 de junho de 2019 e são descritas a seguir:

Aspectos regulatórios

Em 27 de junho de 2016, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 22/2016, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos.
As Instalações de transmissão localizada no estado de Mato Grosso, compostas pelo novo pátio de subestação Paranaíta, em 500/138 kv, 3 x 50 MVA mais unidade reserva, CONEXÕES DE UNIDADES DE TRANSFORMAÇÃO, INTERLIGAÇÕES DE BARRAMENTOS, barramentos, equipamentos de compensação série e de reativos. Instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
Na prestação do serviço público de transmissão, deverão ser atendidos os procedimentos de rede e suas revisões, as cláusulas estabelecidas no contrato de prestação de serviço de transmissão, celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo as condições técnicas e comerciais para disponibilizar as suas instalações de transmissão para a operação interligada.
A Companhia tem até 27 de junho de 2019 para finalizar a construção do empreendimento conforme previsto no Contrato de Concessão, e o investimento total previsto é de aproximadamente R$ 51 Milhões. A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R$ 6,5 milhões (valor original) na data do leilão, com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPC-A e será válida por todo o prazo de operação comercial da LEST. . A Companhia considera o início de recebimento da RAP a partir de junho de 2019.
A companhia solicitou no ano de 2016 ao Ministério da Fazenda, junto a Secretaria da Receita Federal, o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), como titular do projeto, o enquadramento foi realizado em 08 de junho de 2017 através do Ato Declaratório Nº 64.
A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 28 de março de 2018.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards -IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.
A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL.
A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.
As demonstrações contábeis estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4 Uso de estimativas e juntamentos

A preparação das demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.
Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:
a) Contas a receber (ativo da concessão) – mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa Interna de Retorno - TIR é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o período da construção. Após a entrada em operação comercial, a TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção.
O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TIR da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura.
b) Receita de construção - a concessionária, durante a fase de construção dos ativos, reconhece receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Essas receitas são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e pronunciamento técnico CPC 17 – Contratos de Construção. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço da obra, apurado por meio de documentação comprobatória do serviço prestado pelos fornecedores, em comparação com os custos de construção e instalação orçados.
c) Avaliação de instrumentos financeiros – são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.
d) Contrato de concessão - a Companhia adota e utiliza, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, as previsões da interpretação técnica ICPC 01. Essa interpretação orienta as concessionárias sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos por entidades privadas.
e) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos – são registrados passivos relacionados aos impostos diferidos decorrentes das receitas não realizadas. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável atual.

3 Principais políticas contábeis

3.1 Caixa e equivalente de Caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros
São reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.
A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros: (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas para obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado. A Companhia têm como principais ativos financeiros: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) contas a receber (ativo de concessão).
b) Passivos financeiros
São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.
Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.
Os principais passivos financeiros classificados nessa categoria são: (i) fornecedores; e (ii) outras obrigações.
Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e são reconhecidos na demonstração do resultado.
O encargo de imposto de renda e a contribuição social é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço da Companhia, quando houver lucro tributável.
A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.
O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

3.4 Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas em conformidade com o estabelecido pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12 e orientação técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão - vide nota explicativa nº 3.12.). As concessionárias devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 (IAS 11) – Contratos de Construção e CPC 30 (R1) (IAS 18) – Receitas (Serviços de Operação e Manutenção), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:
a) Receita de remuneração do ativo da concessão: juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa efetiva sobre o montante a receber da receita de construção. A taxa efetiva de juros é apurada descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida prevista do ativo financeiro sobre o valor contábil inicial desse ativo financeiro.
b). Receita de construção: serviços de construção da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção da infraestrutura são reconhecidas com base nos custos incorridos durante a fase dos estudos iniciais e de construção e é registrada pelo seu valor justo. A Companhia considera m argem de (zero) na receita de construção da infraestrutura.

3.5 Contas a receber (ativo de concessão)

Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, incluem os valores a receber referentes aos serviços de construção da infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e dos serviços de operação e manutenção.

3.6 Demonstração de fluxo de caixa

Foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.7 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.
O resultado básico por ação é calculado pela divisão do prejuízo do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.
A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

3.8 Contratos de concessão (interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 – IFRIC 12)

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação da interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 (IFRIC 12), a infraestrutura construída, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles (imobilizados) revertidos ao Poder Concedente no vencimento do respectivo contrato. A concessionária tem direito de operar e manter a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.
Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 (IFRIC 12), a concessionária atua como prestadora de serviço. A concessionária constrói, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de construção da infraestrutura) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante o prazo da concessão.
A concessionária deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (R1) (IAS 18). Caso a concessionária realize mais de um serviço (por exemplo, serviços de construção da infraestrutura ou serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contrapartida pelos serviços de construção da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.
O ativo financeiro origina-se à medida que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção e melhoria da infraestrutura; o Poder Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento.
A concessionária tem o direito incondicional de receber caixa se o Poder Concedente garantir em contrato o pagamento: (a) de valores preestabelecidos ou determináveis; ou (b) se houver insuficiência dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pela concessionária de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência.
Os critérios utilizados para a adoção da interpretação das concessões detidas pela Companhia estão descritos a seguir:
• A interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 (IFRIC 22) foram consideradas aplicáveis aos contratos de serviço público-privado de que a Companhia faze parte.
• Os ativos vinculados às concessões estão classificados de acordo com o modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e os custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro por meio dos custos incorridos.
Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Essa indenização somente será paga sobre os valores residuais, se houver, os custos capitalizados após a entrada em operação do empreendimento, que não fazem parte do projeto original. Consequentemente, a Companhia assume que o valor residual vinculado ao projeto original de construção e instalação não tem o direito contratual de recebimento de indenização (Decreto nº 2.003/95).
A Companhia determinou o valor justo dos serviços de implementação da infraestrutura considerando que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção e melhoria da infraestrutura e encargos incidentes. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção e melhoria da infraestrutura foi determinada considerando-se o fluxo de caixa previsto para o ativo da concessão.
Os ativos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis e a remuneração dos ativos de concessão apurada mensalmente é registrada diretamente no resultado.
As receitas com construção da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão apurada sobre o ativo financeiro de construção da infraestrutura estão sujeitas ao diferimento de PIS e COFINS cumulativos, registrados na rubrica "PIS e COFINS diferidos" no passivo não circulante.
Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia podem decorrer das decisões operacionais e de gestão ou de fatores externos.
• Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a Companhia expandam os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais os quais poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.
• Risco técnico: a infraestrutura das é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

3.9 Redução do valor recuperável ("impairment")

a) Ativos financeiros
Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.
A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.
A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:
(i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.
(ii) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

(Continua na página seguinte)

b) Ativos não financeiros
Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

3.10 Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica gerada, que representa integralmente a receita total da Companhia.

3.11 Normas e interpretações que ainda não estão em vigor

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1o de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.
A Administração entende que as novas orientações do IFRS 9 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros, bem como na contabilização das relações de hedge. O Grupo ainda não concluiu a avaliação detalhada de como as provisões de impairment serão afetadas pelo novo modelo. Embora não se espere um impacto relevante, a sua aplicação irá provavelmente antecipar o reconhecimento de perdas.
IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1o de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos da adoção da nova norma, mas já identificou as principais áreas que serão afetadas:
- Registros de certos custos incorridos no cumprimento do contrato – certos custos atualmente registrados diretamente na demonstração de resultado poderão ser ativados, nos termos do IFRS 15.

4 Gestão de risco financeiro

Em 31 de dezembro de 2017, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	2.939	2.939
Títulos e valores mobiliários (a)	-	-
Contas a receber (ativo de concessão) (b)	36.678	36.678
Total	**39.617**	**39.617**
Passivos financeiros		
Fornecedores (c)	5.706	5.706
Outras obrigações (c)	133	133
Total	**5.839**	**5.839**

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.
• Nível 1 - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações contábeis. Um mercado é visto como ativo se o preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regulamente em bases puramente comerciais.
• Nível 2 - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
• Nível 3 - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).
Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo
• Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis.
• Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis.
• Contas a receber (ativo da concessão): no início da concessão é mensurado ao valor justo e, posteriormente, mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de desconto é calculada com base no custo de capital próprio e está auferida por meio de componentes internos e de mercado. Após a entrada em operação comercial das linhas de transmissão, a TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção. A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, por meio do recálculo da TIR. Dessa forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com o modelo de precificação com base em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa de desconto atualizada. A taxa de desconto atualizada considera a alteração de variáveis de mercado e mantém as demais premissas utilizadas no início da concessão e ao final da fase de construção.
• Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.
Não houve transferências entre os níveis de valor justo durante o período.

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.
a) Risco de crédito
Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possuem outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.
A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.
O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.
b) Risco de capital
A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.
c) Risco de mercado
A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.
A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não praticam aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está expostas é o seguinte:
• Risco relacionado às taxas de juros
A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; e (ii) títulos e valores mobiliários.
d) Risco de liquidez
A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.
A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e. cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores e outras obrigações	5.706	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores e outras obrigações	70	-	-	-

4.2 Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.
• Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
São ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.
A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado.
• Empréstimos e recebíveis
Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreende o contas a receber decorrente da concessão, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.
• Outros passivos financeiros
São inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.
Em 31 de dezembro de 2016, passivos financeiros da Companhia classificados nessa categoria compreendiam as contas a pagar aos fornecedores e outras obrigações.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	2.939	7.854
	2.939	**7.854**

6 Contas a receber (Ativos da Concessão)

	2018	2017
Receita de construção	28.444	2.666
Receita de remuneração	2.751	459
	31.195	3.125
Saldo Acumulado	36.678	5.483

7 Impostos a Recuperar

	2018	2017
IRRF sobre aplicação financeira	49	27
	49	**27**

8 Fornecedores

	2018	2017
Prestação de serviços	5.706	70
	5.706	**70**

9 Impostos diferidos

	2018	2017
IRPJ e CSLL	3.936	567
Pis e Cofins	1.219	180
Total	**5.155**	**747**

O diferimento dos PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo financeiro e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12).

10 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2017 é representado somente por ações ordinárias:

	Quantidade de ações em milhares
Em 31 de dezembro de 2017	**11.121**
Ações ordinárias emitidas	6.880
Em 31 de dezembro de 2018	**18.001**

11 Receita líquida

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida para o exercício findo em 31 de dezembro é como segue:

	2018	2017
Receita de construção	28.444	2.666
Receita de remuneração	2.751	459
Pis e Cofins diferido	(1.038)	(97)
	30.157	**3.028**

12 Custos dos bens em construção

	2018	2017
Serviços de Terceiros	-	2
Serviços de Engenharia, Obra Civil e Montagens	28.992	1.345
Adiantamentos a Fornecedores	(1.621)	992
Outros custos	34	231
	27.405	**2.569**

13 Resultado financeiro, líquido

	2018	2017
Tarifas, Multa e Juros	(92)	(3)
Atualização monetária, IOF	-	-
Despesas financeiras	**(92)**	**(3)**
Receitas sobre aplicação financeira	389	1.258
Receitas financeiras	**389**	**1.258**
Resultado financeiro, líquido	**296**	**1.255**

14 Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da despesa de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL apresentada no resultado de 2017 era como segue:

a) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	2018	2017
Receita de construção	28.444	2.666
Receita de remuneração	2.751	459
Receita financeira	-	1.258
Total receita	**31.195**	**4.383**
Receita não realizada		
Receita de construção	28.444	2.666
Ativo financeiro	2.751	459
Total	31.195	3.125
IRPJ - 32%	9.982	1.000
Total base de cálculo IRPJ	9.982	1.000
IRPJ - 1 5%	(1.497)	(150)
Adicional - 10%	(974)	(82)
Total IRPJ diferido	**(2.472)**	**(232)**
Total CSLL diferida - 9%	**(898)**	**(90)**
Total IRPJ e CSLL diferidos	**(3.370)**	**(322)**

DIRETORIA EXECUTIVA

Carlos Augusto Garret
Diretor Presidente

Guilherme Steilein
Diretor Administrativo

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELAS DEMOSNTRAÇÕES CONTÁBEIS

ASB - ACCOUNTANCY SERVICE BRASIL A. CONTABIL
CRC-RJ 008102/O-6

Leandro Barbalho de Brito
Contador - CRC-RJ 092334/O-9

GEOGROUP PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Geogroup Paranaita Transmissora de Energia SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Geogroup Paranaita Transmissora de Energia SPE S.A. ("Geogroup" ou Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba (PR), 29 de abril de 2020.

Chronus Auditores Independentes S.S.
CRC-PE 000681/O S-MT

Rosivan Pereira Diniz — Contadora CRC-PE-014050/O S-MT
Marcelo Cardona Sobral — Contador CRC-PE-025908/O-8 S-MT

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	31/12/2019 Societário	31/12/2018 Societário
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		2.143	2.939
Concessionárias e Permissionárias		1.189	-
Adiantamento a fornecedor		373	-
Impostos a recuperar		78	49
Mútuos		-	5
Total do Ativo Circulante		**3.783**	**2.993**
NÃO CIRCULANTE			
Mútuos		25	-
Contas a receber (ativo de concessão)	6	39.532	36.678
Total do Ativo Não Circulante		**39.557**	**36.678**
TOTAL DO ATIVO		**43.340**	**39.671**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2019 Societário	31/12/2018 Societário
CIRCULANTE			
Fornecedores		218	5.706
Salários e encargos a pagar		-	122
Obrigações Tributárias		91	11
Encargos setoriais		30	-
Total do Passivo Circulante		**339**	**5.839**
NÃO CIRCULANTE			
Mútuos		1.366	9.800
Impostos Diferidos	9	5.824	5.155
Total do Passivo Não Circulante		**7.190**	**14.955**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10		
Capital social		22.861	18.001
Aumento para futuro aumento de capital		8.010	-
Reserva legal		322	79
Reserva de lucros		4.618	797
Total do Patrimônio Líquido		**35.811**	**18.877**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**43.340**	**39.671**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (Prejuízo) líquido do período	4.065	(707)
Outros resultados abrangentes	-	-
Lucro líquido do exercício	**4.065**	**(707)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do Valor Adicionado	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	**7.800**	**30.157**
Insumos adquiridos de terceiros		
(-) Custo de Construção	(2.182)	(27.405)
Serviços	(23)	(15)
Materiais	(454)	(127)
Outros custos operacionais	(3)	(0)
	(2.662)	**(27.548)**
Valor adicionado bruto	**5.138**	**2.609**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	**197**	**390**
Valor adicionado total a distribuir	**5.335**	**2.999**
Distribuição do valor adicionado		
Colaboradores	320	-
Tributos	943	3.611
Remuneração de capitais de terceiros (despesas financeiras)	7	93
Remuneração de capitais próprios (lucros/prejuízos do exercício)	4.065	(707)
Valor adicionado distribuído	**5.335**	**2.998**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2019 Societário	31/12/2018 Societário
Receita operacional bruta			
Receita de construção		2.265	28.444
Receita de Operação e Manutenção		429	-
Ativo financeiro		5.247	2.751
Pis e Cofins		(16)	-
Pis e Cofins diferido		(79)	(1.038)
Encargos e Demais Despesas Setoriais		(46)	-
Receita operacional líquida	13	**7.800**	**30.157**
Custos dos bens construídos e serviços prestados	12	(2.182)	(27.405)
Resultado operacional bruto		**5.618**	**2.752**
Despesas operacionais			
Com pessoal		(23)	(15)
Gerais e administrativas		(454)	(127)
Tributárias		(3)	(0)
		(480)	**(142)**
Despesas Administrativas			
Com pessoal		(5)	-
Gerais e administrativas		(315)	-
		(320)	-
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**4.818**	**2.610**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		197	389
Despesas financeiras		(7)	(93)
Resultado financeiro, líquido		**190**	**296**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**5.008**	**2.906**
Imposto de renda e contribuição social corrente		(92)	(243)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(851)	(3.370)
Lucro (Prejuízo) do exercício		**4.065**	**(707)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2019	31/12/2018
Lucro/Prejuízo do exercício	4.065	(707)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:	(262)	
Depreciação	-	-
Impostos diferidos	930	4.408
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(4.043)	(31.195)
Adiantamento à fornecedores e funcionários	(373)	-
Despesas antecipadas	-	-
Tributos a recuperar	(29)	(22)
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Contas a receber partes relacionadas	(20)	152
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores e outras obrigações	(5.610)	5.758
Obrigações fiscais	110	11
Partes relacionadas	(8.434)	9.800
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	(13.667)	(11.795)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	4.860	6.880
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.010	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	12.870	6.880
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(797)	(4.915)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.939	7.854
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.143	2.939
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(797)	(4.915)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital Social	Aumento para futuro aumento de capital (Afac)	Capital a integralizar	Reserva Legal	Reserva de lucros	Total
Em 31 de dezembro de 2017		**11.121**	-	-	**79**	**1.503**	**12.703**
Capital integralizado		6.880					6.880
Lucros/prejuízo do exercício			-	-		(707)	(707)
Em 31 de dezembro de 2018		**18.001**	-	-	**79**	**797**	**18.877**
Capital integralizado		4.860					4.860
Transferência p/ aumento de capital			8.010				8.010
Lucros/prejuízo do exercício			-	-		4.065	4.065
Constituição de Reserva Legal					243	(243)	-
Em 31 de dezembro de 2019	10	**22.861**	**8.010**	-	**322**	**4.618**	**35.811**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Geogroup Paranaita Transmissora de Energia SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 02 de junho de 2016 e domiciliada na Rodovia da Energia, KM25, Zona Rural, Bairro Paranaíta, Mato Grosso. O objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e sobressalentes, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica caracterizadas no anexo 6 do Edital do leilão nº 13/2015-ANEEL, as quais deverão entrar em operação comercial na data de 27 de junho de 2019 e são descritas a seguir:

Aspectos regulatórios

Em 27 de junho de 2016, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 22/2016, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos.
As Instalações de transmissão localizada no estado de Mato Grosso, compostas pelo novo pátio de subestação Paranaita, em 500/138 kv, 3 x 50 MVA mais unidade reserva, CONEXÕES DE UNIDADES DE TRANSFORMAÇÃO, INTERLIGAÇÕES DE BARRAMENTOS, barramentos, equipamentos de compensação série e de reativos. Instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
Na prestação do serviço público de transmissão, deverão ser atendidos os procedimentos de rede e suas revisões, as cláusulas estabelecidas no contrato de prestação de serviço de transmissão, celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo as condições técnicas e comerciais para disponibilizar as suas instalações de transmissão para a operação interligada.
A Companhia tem até 27 de junho de 2019 para finalizar a construção do empreendimento conforme previsto no Contrato de Concessão, e o investimento total previsto é de aproximadamente R$ 51 Milhões. A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R$ 8,5 milhões (valor original) na data do leilão, com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da LEST. . A Companhia considera o início de recebimento da RAP a partir de junho de 2019.
A companhia solicitou no ano de 2016 ao Ministério da Fazenda, junto a Secretaria da Receita Federal, o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), como titular do projeto, o enquadramento foi realizado em 08 de junho de 2017 através do Ato Declaratório Nº 64.
A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 28 de março de 2020.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards -IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.
A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL.
A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações contábeis estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4 Uso de estimativas e juntamentos

A preparação das demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.
Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:
a) Contas a receber (ativo da concessão) – mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa Interna de Retorno - TIR é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o período da construção. Após a entrada em operação comercial, a TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção.
O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TIR da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura.
b) Receita de construção - a concessionária, durante a fase de construção dos ativos, reconhece receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Essas receitas são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e pronunciamento técnico CPC 17 – Contratos de Construção. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço da obra, apurado por meio de documentação comprobatória do serviço prestado pelos fornecedores, em comparação com os custos de construção e instalação orçados.
c) Avaliação de instrumentos financeiros – são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.
d) Contrato de concessão - a Companhia adota e utiliza, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, as previsões da interpretação técnica ICPC 01. Essa interpretação orienta as concessionárias sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos por entidades privadas.
e) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos – são registrados passivos relacionados aos impostos diferidos decorrentes das receitas não realizadas.
Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual.

3 Principais políticas contábeis

3.1 Caixa e equivalente de Caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros
São reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.
O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.
A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros: (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas para obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.
A Companhia têm como principais ativos financeiros: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) contas a receber (ativo de concessão).
b) Passivos financeiros
São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.
Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.
Os principais passivos financeiros classificados nessa categoria são: (i) fornecedores; e (ii) outras obrigações.
Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e são reconhecidos na demonstração do resultado.
O encargo de imposto de renda e a contribuição social é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço da Companhia, quando houver lucro tributável.
A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.
O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

3.4 Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas em conformidade com o estabelecido pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12 e orientação técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão - vide nota explicativa nº 3.12.). As concessionárias devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 (IAS 11) – Contratos de Construção e CPC 30 (R1) (IAS 18) – Receitas (Serviços de Operação e Manutenção), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:
a) Receita de remuneração do ativo da concessão: juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa efetiva sobre o montante a receber da receita de construção. A taxa efetiva de juros é apurada descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida prevista do ativo financeiro sobre o valor contábil inicial desse ativo financeiro.
b) Receita de construção: serviços de construção da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção da infraestrutura são reconhecidas com base nos custos incorridos durante a fase dos estudos iniciais e de construção e é registrada pelo seu valor justo. A Companhia considera margem de (zero) na receita de construção da infraestrutura.

3.5 Contas a receber (ativo de concessão)

Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, incluem os valores a receber referentes aos serviços de construção da infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e dos serviços de operação e manutenção.

3.6 Demonstração de fluxo de caixa

Foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.7 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.
O resultado básico por ação é calculado pela divisão do prejuízo do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.
A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

3.8 Contratos de concessão (interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 – IFRIC 12)

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação da interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 (IFRIC 12), a infraestrutura construída, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de' controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles (imobilizados) revertidos ao Poder Concedente no vencimento do respectivo contrato. A concessionária tem direito de operar e manter a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.
Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 (IFRIC 12), a concessionária atua como prestadora de serviço. A concessionária constrói, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de construção da infraestrutura) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante o prazo da concessão.
A concessionária deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (R1) (IAS 18). Caso a concessionária realize mais de um serviço (por exemplo, serviços de construção da infraestrutura ou serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contrapartida pelos serviços de construção da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.
O ativo financeiro origina-se à medida que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção e melhoria da infraestrutura; o Poder Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento.
A concessionária tem o direito incondicional de receber caixa se o Poder Concedente garantir em contrato o pagamento: (a) de valores preestabelecidos ou determináveis; ou (b) se houver insuficiência dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pela concessionária de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência.
Os critérios utilizados para a adoção da interpretação das concessões detidas pela Companhia estão descritos a seguir:
• A interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 (IFRIC 22) foram consideradas aplicáveis aos contratos de serviço público-privado de que a Companhia faze parte.
• Os ativos vinculados às concessões estão classificados de acordo com o modelode ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e os custos das obrasrelacionadas à formação do ativo financeiro por meio dos custos incorridos.
Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Essa indenização somente será paga sobre os valores residuais, se houver, os custos capitalizados após a entrada em operação do empreendimento, que não fazem parte do projeto original.

(Continua na página seguinte)

Consequentemente, a Companhia assume que o valor residual vinculado ao projeto original de construção e instalação não tem o direito contratual de recebimento de indenização (Decreto nº 2.003/95).
A Companhia determinou o valor justo dos serviços de implementação da infraestrutura considerando que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção e melhoria da infraestrutura e encargos incidentes. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção e melhoria da infraestrutura foi determinada considerando-se o fluxo de caixa previsto para o ativo da concessão.
Os ativos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis e a remuneração dos ativos de concessão apurada mensalmente é registrada diretamente no resultado.
As receitas com construção da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão apurado sobre o ativo financeiro de construção da infraestrutura estão sujeitas ao diferimento de PIS e COFINS cumulativos, registrados na rubrica "PIS e COFINS diferidos" no passivo não circulante.
Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia podem decorrer das decisões operacionais e de gestão ou de fatores externos.
• Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a Companhia expandam os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais os quais poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.
• Risco técnico: a infraestrutura das é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

3.9 Redução do valor recuperável ("impairment")

a) Ativos financeiros
Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.
A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.
A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:
(i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.
(ii) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.
b) Ativos não financeiros
Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de"impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

3.10 Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica gerada, que representa integralmente a receita total da Companhia.

3.11 Normas e interpretações que ainda não estão em vigor

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1o de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.
A Administração entende que as novas orientações do IFRS 9 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros, bem como na contabilização das relações de hedge. O Grupo ainda não concluiu a avaliação detalhada de como as provisões de impairment serão afetadas pelo novo modelo. Embora não se espere um impacto relevante, a sua aplicação irá provavelmente antecipar o reconhecimento de perdas.

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseiase no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1o de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos da adoção da nova norma, mas já identificou as principais áreas que serão afetadas:
- Registros de certos custos incorridos no cumprimento do contrato – certos custos atualmente registrados diretamente na demonstração de resultado poderão ser ativados, nos termos do IFRS 15.

4 Gestão de risco financeiro

Em 31 de dezembro de 2019, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	2.143	2.143
Títulos e valores mobiliários (a)	-	-
Concessionárias e Permissionárias (b)	1.189	1.189
Contas a receber (ativo de concessão) (b)	39.532	39.532
Total	**42.864**	**41.864**
Passivos financeiros		
Fornecedores (c)	218	218
Outras obrigações (c)	121	121
Total	**339**	**339**

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.
• Nível 1 - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações contábeis. Um mercado é visto como ativo se o preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
• Nível 2 - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
• Nível 3 - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

• Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis.
• Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis.
• Contas a receber (ativo da concessão): no início da concessão é mensurado ao valor justo e, posteriormente, mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de desconto é calculada com base no custo de capital próprio e está auferida por meio de componentes internos e de mercado. Após a entrada em operação comercial das linhas de transmissão, a TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção. A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, por meio do recálculo da TIR. Dessa forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com o modelo de precificação com base em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa de desconto atualizada. A taxa de desconto atualizada considera a alteração de variáveis de mercado e mantém as demais premissas utilizadas no início da concessão e ao final da fase de construção.
• Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.
Não houve transferências entre os níveis de valor justo durante o período.

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.
a) Risco de crédito Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possuem outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.
A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.
O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.
b) Risco de capital
A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.
c) Risco de mercado
A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não praticam aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está expostas é o seguinte:
• Risco relacionado às taxas de juros
A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; e (ii) títulos e valores mobiliários.
d) Risco de liquidez
A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.
A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e. cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores e outras obrigações	218	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores e outras obrigações	5.706	-	-	-

4.2 Instrumentos financeiros
Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.
• Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
São ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.
A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado.
• Empréstimos e recebíveis
Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreende o contas a receber decorrente da concessão, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.
• Outros passivos financeiros
São inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.
O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.
Em 31 de dezembro de 2019, passivos financeiros da Companhia classificados nessa categoria compreendiam as contas a pagar aos fornecedores e outras obrigações.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa e bancos	2.143	2.939
	2.143	**2.939**

6 Contas a receber (Ativos da Concessão)

	2019	2018
Receita de construção	2.265	28.444
Receita de Operações e Manutenção	429	-
Receita RAP (-)	(5.087)	
Receita de remuneração Ativo Concessão	5.247	2.751
	2.854	31.195
Saldo Acumulado	39.532	36.678

7 Impostos a Recuperar

	2019	2018
IRRF sobre aplicação financeira	78	49
	78	**49**

8 Fornecedores

	2019	2018
Prestação de serviços	218	5.706
	218	**5.706**

9 Impostos diferidos

	2019	2018
IRPJ e CSLL	4.626	3.936
Pis e Cofins	1.198	1.219
Total	**5.824**	**5.155**

O diferimento dos PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo financeiro e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12).

10 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2019 é representado somente por ações ordinárias:

	Quantidade de ações em milhares
Em 31 de dezembro de 2018	**18.001**
Ações ordinárias emitidas	4.860
Em 31 de dezembro de 2019	**22.861**

11 Receita líquida
A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida para o exercício findo em 31 de dezembro 2019 é como segue:

	2019	2018
Receita de construção	2.265	28.444
Receita de Operações e Manutenção	429	-
Receita de remuneração Ativo da Concessão	5.247	2.751
Pis e Cofins	(16)	
Pis e Cofins diferido	(79)	(1.038)
Encargos e demais despesas setoriais	(46)	-
	7.800	**30.157**

12 Custos dos bens em construção

	2019	2018
Serviços de Terceiros	2.796	-
Pessoal	391	-
Materiais	56	-
Arrendamentos e aluguéis	319	-
Tributos	58	-
Autarquia local	45	-
Serviço para o licenciamento ambiental	30	-
Serviços de Engenharia, Obra Civil e Montagens	(1.115)	28.992
Adiantamentos a Fornecedores	(481)	(1.621)
Outros custos	83	34
	2.182	**27.405**

13 Resultado financeiro, líquido

	2019	2018
Tarifas, Multa e Juros	(7)	(92)
Atualização monetária, IOF	-	-
Despesas financeiras	**(7)**	**(92)**
Receitas sobre aplicação financeira	197	389
Receitas financeiras	**197**	**389**
Resultado financeiro, líquido	**190**	**296**

14 Imposto de renda e contribuição social
reconciliação da despesa de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL apresentada no resultado de 2017 era como segue:
a) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	2019	2018
Receita de construção	2.265	28.444
Receita de remuneração	5.247	2.751
Receita financeira	-	-
Total receita	**7.513**	**31.195**
Receita não realizada		
Receita de construção	2.265	28.444
Ativo financeiro	5.247	2.751
Total	7.513	31.195
IRPJ - 32%	2.404	9.982
Total base de cálculo IRPJ	2.404	9.982
IRPJ - 1 5%	(361)	(1.497)
Adicional - 10%	(274)	(974)
Total IRPJ diferido	**(635)**	**(2.472)**
Total CSLL diferida - 9%	**(216)**	**(898)**
Total IRPJ e CSLL diferidos	**(851)**	**(3.370)**

DIRETORIA EXECUTIVA

Carlos Augusto Garret
Diretor Presidente

Guilherme Steilein
Diretor Administrativo

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELAS DEMOSNTRACÕES CONTÁBEIS

ASB - ACCOUNTANCY SERVICE BRASIL A. CONTABIL
CRC-RJ 008102/O-6

Leandro Barbalho de Brito
Contador - CRC-RJ 092334/O-9

Novos conjuntos habitacionais atenderão 121 famílias de Figueira e Curiúva

Empreendimentos estão sendo construídos pelo Governo do Estado nos dois municípios. Investimento é de R$ 9,5 milhões. Projetos fazem parte do programa Casa Fácil Paraná e são destinados a famílias com renda de até seis salários mínimos, que devem se inscrever no site da Cohapar.

Técnicos da Cohapar vistoriaram nesta quarta-feira (21) as obras de dois novos conjuntos em construção pelo Governo do Estado no Norte Pioneiro. São 47 novas moradias em Figueira e 74 em Curiúva, que recebem investimentos de R$ 9,5 milhões do programa Casa Fácil Paraná. (Foto: Michael Faleiros/Cohapar)© Foto: Michael Faleiros/Cohapar

Técnicos da Cohaparvistoriaram (21) as obras de dois novos conjuntos em construção pelo Governo do Estado no Norte Pioneiro. São 47 novas moradias em Figueira e 74 em Curiúva, que recebem investimentos de R$ 9,5 milhões do programa Casa Fácil Paraná.

Os empreendimentos serão destinados a famílias com renda mensal de um a seis salários mínimos e que não possuem casa própria. As vantagens do programa incluem a isenção de entrada, juros menores que os de mercado e financiamento em até 30 anos diretamente com a Cohapar.

De acordo com o coordenador regional da companhia Michael Faleiros, o empreendimento de Figueira já alcançou mais de 60% de conclusão do cronograma, mesmo com as dificuldades de insumos impostas pela pandemia.

"A obra já conta com as casas levantadas e cobertas e boa parte da infraestrutura feita", afirma Faleiros. "A região do Norte Pioneiro sofreu um pacto significativo no que diz respeito à escassez de material, mas a previsão de entrega é para o final do ano".

Em Curiúva, a construção das 74 moradias, orçada em R$ 5,3 milhões, deverá ser concluída em 2022. "A empresa já realizou a patamarização do terreno, separação dos lotes e demarcação do solo", informa Faleiros.

De acordo com o diretor de Gestão e Planejamento de Curiúva, Douglas Delfino, o município possui uma lista com mais de mil inscritos a procura da casa própria. "O empreendimento vem ao encontro de uma necessidade do município e a expectativa é de que muitas famílias irão se enquadrar nos critérios do programa", diz Delfino. "Vamos conseguir ajudar famílias a realizarem o sonho da casa própria e saírem de aluguéis onerosos".

COMO PARTICIPAR

Quem tiver interesse em adquirir um dos imóveis deve acessar cohapar.pr.gov.br/cadastro, selecionar o município de interesse e preencher dados pessoais, profissionais, financeiros e familiares. Aqueles que já se inscreveram nos últimos dois anos estão automaticamente habilitados a participar do processo, mas é importante manter as informações de contato atualizadas, pois as convocações são feitas por e-mail e telefone.

Em caso de dúvidas ou dificuldades com a inscrição, é possível obter ajuda da regional da Cohapar de Cornélio Procópio pelo telefone (43) 3520-8500, que também funciona como WhatsApp. O atendimento é prestado de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e 13h30 às 17h.

GEOGROUP PARANAÍTA TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S.A

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Geogroup Paranaita Transmissora de Energia SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Geogroup Paranaita Transmissora de Energia SPE S.A. ("Geogroup" ou Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitida pelo International Accouting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 3.11, em decorrência da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e dos impostos diferidos incidentes, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no Pronunciamento Técnico NBC TG 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitida pelo International Accouting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba (PR), 30 de abril de 2021.

Chronus Auditores Independentes S.S.
CRC-PE 000681/O S-PR

Rosivam Pereira Diniz	Marcelo Cardona Sobral
Contadora CRC-PE-014050/O S-PR	Contador CRC-PE-025908/O-8 S-PR

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.004	2.143
Contas a receber		1.552	1.189
Adiantamento a fornecedor		-	373
Impostos a recuperar	7	684	78
Despesas antecipadas		28	-
Ativo de contrato	6	10.358	-
Total do Ativo Circulante		**13.626**	**3.783**
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas		-	25
Ativo de contrato	6	67.278	70.498
Total do Ativo Não Circulante		**67.278**	**70.523**
TOTAL DO ATIVO		**80.904**	**74.306**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	-	218
Obrigações tributárias	9	3.081	91
Encargos setoriais		67	30
Total do Passivo Circulante		**3.150**	**339**
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas		-	1.366
Impostos diferidos	10	5.091	7.905
Partes relacionadas		-	-
Total do Passivo Não Circulante		**5.091**	**9.271**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11.1	25.000	22.861
Aumento para futuro aumento de capital		6.000	8.010
Reserva legal	11.2	1.172	1.727
Reserva de lucros	11.3	40.493	32.098
Total do Patrimônio Líquido		**72.665**	**64.696**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**80.904**	**74.306**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida	12	**16.580**	**12.623**
Custos dos bens construídos e serviços prestados	15	(4.898)	(2.662)
Resultado operacional bruto		**11.682**	**9.961**
Despesas Operacionais	16	**(650)**	**(320)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**11.032**	**9.641**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		106	197
Despesas financeiras		(38)	(7)
Resultado financeiro, líquido	13	**68**	**190**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**11.099**	**9.831**
Imposto de renda e contribuição social corrente		(295)	(92)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	3.119	(1.803)
Lucro do exercício		**13.924**	**7.936**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital Social	Aumento para futuro aumento de capital (Afac)	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2018		**18.001**	-	**79**	**25.809**	-	**43.889**
Integralização de capital		4.860	-	-	-	-	4.860
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	8.010	-	-	-	8.010
Lucros do exercício		-	-	-	-	7.936	7.936
Constituição de Reserva Legal		-	-	397	-	(397)	-
Constituição de Reserva de Lucro		-	-	-	7.539	(7.539)	-
Em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	10	**22.861**	**8.010**	**476**	**33.349**	-	**64.696**
Integralização de capital		2.139	-	-	-	-	2.139
Redução de AFAC		-	(2.010)	-	-	-	(2.010)
Lucro do exercício		-	-	-	-	13.924	13.924
Dividendos		-	-	-	-	(6.083)	(6.083)
Constituição de Reserva Legal		-	-	696	-	(696)	-
Constituição de Reserva de Lucro		-	-	-	7.145	(7.145)	-
Em 31 de dezembro de 2020	10	**25.000**	**6.000**	**1.172**	**40.493**	-	**72.666**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	13.924	7.936
Outros resultados abrangentes	-	-
Lucro líquido do exercício	**13.924**	**7.936**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Lucro do exercício	13.924	7.936
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		(262)
Impostos diferidos	(2.817)	3.012
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(7.501)	(9.995)
Adiantamento à fornecedores e funcionários	373	(373)
Despesas antecipadas	(28)	-
Tributos a recuperar	(606)	(29)
Contas a receber partes relacionadas	25	(20)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores e outras obrigações	(218)	(5.610)
Obrigações fiscais	3.029	110
Partes relacionadas	(1.366)	(8.434)
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	4.816	(13.666)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	2.139	4.860
Adiantamento para futuro aumento de capital	(2.010)	8.010
Dividendos pagos	(6.084)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(5.955)	12.870
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(1.139)	(796)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.143	2.939
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.004	2.143
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(1.139)	(796)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Geogroup Paranaita Transmissora de Energia SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 02 de junho de 2016. A companhia tem sede na Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 2190, Bairro Água Verde, CEP 80240-040, Curitiba, Paraná.

O objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e sobressalentes, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica caracterizadas no anexo 6 do Edital do leilão nº 13/2015-ANEEL, as quais entraram em operação comercial na data de 27 de junho de 2019 e são descritas a seguir:

<u>Aspectos regulatórios</u>

Em 27 de junho de 2016, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 22/2016, que regula a concessão de serviço público de transmissão, pelo prazo de 30 anos.

As instalações de transmissão localizada no estado de Mato Grosso, compostas pelo novo pátio de subestação Paranaita, em 500/138 kv, 3 x 50 MVA mais unidade reserva, conexões de unidades de transmissão interligações de barramentos, barramentos, equipamentos de compensação série e de reativos. Instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R$ 8,5 milhões (valor original) na data do leilão, com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPC-A e será válida por todo o prazo de operação comercial da Paranaita. A RAP vigente para o ciclo tarifário de julho de 2020 a junho de 2021 é de R$ 10 milhões.

A companhia solicitou no ano de 2016 ao Ministério da Fazenda, junto a Secretaria da Receita Federal, o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), como titular do projeto, o enquadramento foi realizado em 08 de junho de 2017 através do Ato Declaratório Nº 64.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 30/04/2020.

1.2. Impactos do COVID 19 (Corona virus) nos negócios da Companhia

A Administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos do COVID 19 em seus negócios. Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos, divulgados a seguir:

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas instalações de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, asseguradas pelos modelos regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência do COVID-19 no ano de 2020.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2020 e até a data de emissão dessa demonstração financeira, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards -IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Contas a receber – mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa Interna de Retorno - TIR é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o período da construção. Após a entrada em operação comercial, a TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção.

O saldo do ativo de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TIR da concessão. São considerados no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura.

b) Receita de construção - a concessionária, durante a fase de construção dos ativos, reconhece receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Essas receitas são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e pronunciamento técnico CPC 17 – Contratos de Construção. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço da obra, apurado por meio de documentação comprobatória do serviço prestado pelos fornecedores, em comparação com os custos de construção e instalação orçados.

c) Avaliação de instrumentos financeiros – são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.

d) Ativo de contrato - a Companhia adota e utiliza, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, as previsões da interpretação técnica ICPC 01. Essa interpretação orienta as concessionárias sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos por entidades privadas.

e) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos – são registrados passivos relacionados aos impostos diferidos decorrentes das receitas não realizadas.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual.

3 Principais políticas contábeis

3.1 Caixa e equivalente de Caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Ativo de contrato

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão, a serviços de operação e manutenção.

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme o CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão é registrada na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por ter o direito a contraprestação ainda condicionado a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com construção da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão apurada sobre o ativo financeiro de construção da infraestrutura estão sujeitas ao diferimento de PIS e COFINS cumulativos, registrados na rubrica "PIS e COFINS diferidos" no passivo não circulante.

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia podem decorrer das decisões operacionais e de gestão ou de fatores externos.

• Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a Companhia expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais os quais poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

• Risco técnico: a infraestrutura das é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

3.3 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

De acordo com o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros.

<u>Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado</u>

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, outros ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

<u>Custo amortizado</u>

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os principais ativos financeiros classificados nesta categoria são valores a receber de ativo de contrato.

<u>Baixa de ativos financeiros</u>

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Os principais passivos financeiros classificados nessa categoria são: (i) fornecedores; e (ii) outras obrigações.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e são reconhecidos na demonstração do resultado e são tributadas no lucro presumido. O encargo de imposto de renda e a contribuição social é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço da Companhia, quando houver lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

3.5 Reconhecimento de receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de remuneração do ativo da concessão: juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa efetiva sobre o montante a receber da receita de construção. A taxa efetiva de juros é apurada descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida prevista do ativo financeiro sobre o valor contábil inicial desse ativo financeiro.

b) Receita de construção: serviços de construção da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção da infraestrutura são reconhecidas com base nos custos incorridos durante a fase dos estudos iniciais e de construção e é registrada pelo seu valor justo. A Companhia considera margem

(Continua na página seguinte)

de (zero) na receita de construção da infraestrutura.
c) Receita de operação e manutenção: refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.6 Demonstração de fluxo de caixa

Foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.7 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.
O resultado básico por ação é calculado pela divisão do prejuízo do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

3.8 Redução do valor recuperável ("impairment")

a) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.
A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.
A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:
(i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.
(ii) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

b) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

3.9 Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica gerada, que representa integralmente a receita total da Companhia.

3. 10 Normas e interpretações que ainda não estão em vigor

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014com vigência para 1o de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são:
(i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.
A Administração entende que as novas orientações do IFRS 9 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros, bem como na contabilização das relações de hedge. O Grupo ainda não concluiu a avaliação detalhada de como as provisões de impairment serão afetadas pelo novo modelo.
Embora não se espere um impacto relevante, a sua aplicação irá provavelmente antecipar o reconhecimento de perdas.
IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1o de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos da adoção da nova norma, mas já identificou as principais áreas que serão afetadas: - Registros de certos custos incorridos no cumprimento do contrato – certos custos atualmente registrados diretamente na demonstração de resultado poderão ser ativados, nos termos do IFRS 15.

3.11 Reapresentação das informações contábeis

Os valores correspondentes do balanço patrimonial e demonstração de resultado referente ao exercício em 31 de dezembro de 2019, apresentados nas demonstrações financeiras para fins de comparação, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em decorrência da adoção do CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente e dos impostos diferidos incidentes por sua adoção.
O ativo de contrato se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato é registado em contrapartida a receita de construção, que é reconhecida conforme os gastos incorridos.
O ativo de contrato foi classificado dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2019, empregando assim o CPC 47, usando método de efeito cumulativo, quando começou a construir e implementar a infraestrutura de transmissão.
Os valores correspondentes ao imobilizado estão sendo reapresentados como ativo de contrato. Adicionalmente a Empresa realizou um ajuste referente a imposto diferido, referente ao conceito fiscal de despesas pré-operacionais e sobre ativo contratual. O resumo dos impactos está detalhado abaixo:

a) Balanço Patrimonial

ATIVO	31/12/2019 Publicado	Ajustes	31/12/2019 Reapresentado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	2.143	-	2.143
Contas a receber	1.189	-	1.189
Adiantamento a fornecedor	373	-	373
Impostos a recuperar	78	-	78
Total do ativo circulante	**3.783**	-	**3.783**
Não Circulante			
Partes relacionadas	25	-	25
Ativo de contrato	39.532	30.966	70.498
Total do ativo não-circulante	**39.557**	**30.966**	**70.523**
Total do ativo	**43.340**	**30.966**	**74.306**

	31/12/2019 Publicado	Ajustes	31/12/2019 Reapresentado
Passivo e patrimônio liquido			
Circulante			
Fornecedores	218	-	218
Obrigações Tributárias	91	-	91
Encargos setoriais	30	-	30
Total do passivo circulante	**339**	-	**339**
Não Circulante			
Partes relacionadas	1.366	-	1.366
Impostos Diferidos	5.824	2.081	7.985
Total do passivo não circulante	**7.190**	**2.081**	**9.271**
Patrimônio liquido			
Capital social	22.861	-	22.861
Aumento p/ futuro aumento de capital	8.010	-	8.010
Reserva legal	322	154	476
Reserva de lucros	4.618	28.731	33.349
Total do patrimônio liquido	**35.811**	**28.885**	**64.696**
Total do passivo e patrimônio liquido	**43.340**	**30.966**	**74.306**

b) Demonstração de resultado do exercício

	31/12/2019 Publicado	Ajustes	31/12/2019 Reapresentado
Receita operacional liquida	7.800	4.823	12.623
Custo dos serviços de implementação da infraestrutura	(2.662)	-	(2.662)
Lucro bruto	**5.618**	**4.343**	**9.961**
Despesas Administrativas	(320)	-	(320)
Resultado operacional	-	**4.343**	**9.641**
Resultado financeiro, liquido			
Receitas Financeiras	197	-	197
Despesas financeiras	(7)	-	(7)
	190	-	**190**
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**5.008**	**4.823**	**9.831**
IRPJ e CSLL corrente	(92)	-	(92)
IRPJ e CSLL diferido	(851)	(952)	(1.803)
Lucro liquido do exercício	**4.065**	**3.871**	**7.936**

c. Demonstração de resultado abrangente

Demonstração Resultado Abrangente	31/12/2019 Publicado	Ajustes	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	4.065	3.871	7.936

c. Demonstração de mutação do patrimônio

31/12/2019 - Publicado	C. social	(Afac)	R. Legal	R. Lucros	L. Acum.	Total
Em 31/12/2018	**18.001**	-	**79**	**25.809**	-	**43.889**
Integ. de capital	4.860	-	-	-	-	4.860
A F Capital (Afac)	-	8.010	-	-	-	8.010
Lucros do exercício	-	-	-	-	7.936	7.936
Const. R. Legal	-	-	397	-	(397)	-
Const. R. de Lucro	-	-	-	7.539	(7.539)	-
Em 31/12/2019	**22.861**	**8.010**	**476**	**33.349**	-	**64.696**

31/12/2019 - Publicado	C. social	(Afac)	R. Legal	R. Lucros	L. Acum.	Total
Em 31/12/2018	**18.001**	-	**79**	**796**	-	**18.876**
Integ. de capital	4.860	-	-	-	-	4.860
A F Capital (Afac)	-	8.010	-	-	-	8.010
Lucros do exercício	-	-	-	-	4.065	4.065
Const. R. Legal	-	-	243	-	(243)	-
Const. R. de Lucro	-	-	-	3822	(3.822)	-
Em 31/12/2019	**22.861**	**8.010**	**322**	**4.618**	-	**35.811**

e. Demonstração de fluxo de caixa

Demonstração de Fluxo de Caixa	31/12/2019 Publicado	Ajustes	Reapresentado
Resultado do exercício	4.065	3.871	7.936
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e equivalentes de caixa	930	2.082	3.012
Impostos diferidos			
Redução (Aumento) de Ativos			
Ativo de contrato	(4.043)	(5.952)	(9.995)

4 Gestão de risco financeiro

Em 31 de dezembro de 2020, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	1.004	1.004
Concessionárias e Permissionárias	1.552	1.552
Ativo de contrato	77.636	77.636
Total	**80.192**	**80.192**
Passivos financeiros		
Obrigações Tributárias	3.081	3.081
Outras Obrigações	69	69
Total	**3.150**	**3.150**

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.
• Nível 1 - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações contábeis. Um mercado é visto como ativo se o preço cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
• Nível 2 - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
• Nível 3 - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

• Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis.
• Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis.
• Contas a receber (ativo da concessão): no início da concessão é mensurado ao valor justo e, posteriormente, mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de desconto é calculada com base no custo de capital próprio e está auferida por meio de componentes internos e de mercado. Após a entrada em operação comercial das linhas de transmissão, a TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção. A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, por meio do recálculo da TIR. Dessa forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com o modelo de precificação com base em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa de desconto atualizada. A taxa de desconto atualizada considera a alteração de variáveis de mercado e mantém as demais premissas utilizadas no início da concessão e ao final da fase de construção.
• Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.
Não houve transferências entre os níveis de valor justo durante o período.

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.
a) Risco de crédito
Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possuem outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.
A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.
O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.
b) Risco de capital
A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.
c) Risco de mercado
A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.
A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o seguinte:
• Risco relacionado às taxas de juros
A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; e (ii) títulos e valores mobiliários.
d) Risco de liquidez
A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.
A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e. cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores e outras obrigações	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores e outras obrigações	218	-	-	-

4.2 Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.
• Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
São ativos financeiros mantidos para negociação ativa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.
A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). Se houver alguma evidência, a perda mensurada como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil desse ativo financeiro é reconhecida na demonstração do resultado.
• Empréstimos e recebíveis
Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreende o contas a receber decorrente da concessão, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.
• Outros passivos financeiros
São inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.
O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.
Em 31 de dezembro de 2019, passivos financeiros da Companhia classificados nessa categoria compreendiam as contas a pagar aos fornecedores e outras obrigações.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa	-	5
Bancos	1.004	1
Aplicação financeira	-	2.137
	1.004	**2.143**

6 Ativos de contrato

	2020	2019
Receita de construção	6.053	2.265
Receita de Operações e Manutenção	1.330	429
Receita RAP (-)	(10.361)	(5.087)
Receita de remuneração Ativo Concessão	10.116	36.213
	7.138	33.820
Saldo Acumulado	77.636	70.498
Circulante	10.358	-
Não Circulante	67.278	70.498
Total	**77.636**	**70.498**

7 Impostos a Recuperar

	2020	2019
IRRF sobre aplicação financeira	530	78
Contribuição Social	152	-
Cofins	3	-
	684	**78**

8 Fornecedores

	2020	2019
Prestação de serviços	-	218
	-	**218**

9 Obrigações Tributárias

	2020	2019
Imposto de Renda	47	45
Contribuição Social	29	20
PIS	1	3
Cofins	3	6
ICMS Diferencial de alíquota-AI	3.000	-
Imposto de Renda Retido na Fonte	-	4
CSLL/PIS/COFINS	1	13
	3.081	**91**

ICMS Diferencial de alíquota-AI: A companhia recebeu em janeiro de 2021 notificação da secretaria de fazenda do estado do Mato grosso acusando um débito de ICMS diferencial de alíquota sobre aquisições de equipamentos e materiais para construção do empreendimento, a sociedade constituiu em dezembro de 2020 provisão no valor de R$ 3.000.000 (Três milhões de reais), valor global necessário para cobrir a dívida e suas custas.

10 Impostos diferidos

	2020	2019
IRPJ e CSLL	2.330	5.578
Pis e Cofins	2.761	2.327
Total	**5.091**	**7.905**

O diferimento dos PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo financeiro e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12).
Em

11 Patrimônio Liquido

11.1 Capital Social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2020 é representado somente por ações ordinárias:

	Quantidade de ações em milhares
Em 31 de dezembro de 2019	**22.861**
Ações ordinárias emitidas	2.139
Em 31 de dezembro de 2020	**25.000**

Geogroup Holding S/A detém 64% do capital social e a PO do Brasil detém 36% do capital.

11.2 Reserva Legal

	2020	2019
Lucro do exercício	**13.924**	**7.936**
Constituição de reserva legal 5%	696	397
Reserva legal	**1.172**	**476**
Total Reservas de lucro	**1.172**	**476**

11.3 Reserva de lucros

	2020	2019
Lucro do exercício	**13.924**	**7.936**
Constituição de Reserva de lucros	7.145	7.539
Reserva de lucros do ano	**7.145**	**7.539**
Total Reservas de lucro	**40.493**	**33.349**

12 Receita liquida

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida para o exercício findo em 31 de dezembro 2020 é como segue:

	2020	2019
Receita de construção	6.053	3.790
Receita de remuneração	10.116	9.445
Receita de operação e manutenção	1.330	659
Pis e Cofins	(1)	(16)
Pis e Cofins diferido	(791)	(1.208)
Encargos e demais despesas setoriais	(127)	(46)
	16.580	**12.623**

13 Resultado financeiro, liquido

	2020	2019
Tarifas, Multa e Juros	(38)	(7)
Despesas financeiras	**(38)**	**(7)**
Receitas sobre aplicação financeira	106	197
Receitas financeiras	**106**	**197**
Resultado financeiro, liquido	**68**	**190**

14 Imposto de renda e contribuição social

Durante o exercício de 2020 a companhia realizou revisão de suas práticas adotadas para o cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Liquido – CSLL, e concluiu que deveria fazer uma mudança na alíquota de presunção, mudando de 32% (trinta e dois porcento), para 8% (oito porcento) e 12% (doze porcento), para o cálculo do IRPJ e da CSLL, respectivamente. A revisão da base de cálculo teve por base os últimos cinco anos e seus efeitos contábeis foram registrados no ano em curso de 2020.
A reconciliação da despesa de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Liquido - CSLL apresentada no resultado de 2020 era como segue:
a) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

Imposto Diferido	2020	2019
Receita de construção	6.053	3.790
Receita de remuneração	10.116	9.445
Rec. Op. e Manutenção	1.330	659
Total receita	**17.499**	**13.894**
Receita diferida		
Receita de construção	6.034	3.790
Ativo financeiro	10.116	9.445
Total	16.150	13.235
IRPJ - 8%	1.292	1.059
IRPJ -12%	1.938	1.588
Total base de cálculo IRPJ	3.230	2.647
IRPJ - 15%	(194)	(159)
Adicional - 10%	(105)	(82)
Total IRPJ diferido	**(299)**	**(241)**
Total CSLL diferida - 9%	**(174)**	**(143)**
Total IRPJ e CSLL diferidos	**(473)**	**(384)**
Efeitos mudança de alíquota de presunção	3.592	(1.419)
Total IRPJ e CSLL diferidos	**3.119**	**(1.803)**

Imposto Corrente	2020	2019
Rec. Diferida Recebida	10.340	4.428
Rec. De Operação e Manutenção	1.330	659
Total Receita Recebida - RAP	10.341	5.087
IRPJ - 8%	827	407
IRPJ -12%	1.241	610
Total base de cálculo IRPJ	2.068	1.017
IRPJ - 15%	(124)	(61)
Adicional - 10%	(59)	(17)
Total IRPJ Corrente	**(183)**	**(65)**
Total CSLL Corrente - 9%	**(112)**	**(35)**
Total IRPJ e CSLL Corrente	**(295)**	**(92)**

Composição Impostos Diferido Passivo

	Base contábil	Recebimento -RAP	Imp. Diferidos Passivos
IRPJ E CSLL Diferido			
Receita de construção	65.698	11.129	
Ativo financeiro	25.378	4.299	
Total base de cálculo	91.076	15.428	
IRPJ - 8%	7.286	1.234	
IRPJ -12%	10.929	1.851	
Total base de cálculo IRPJ	18.215	3.086	
IRPJ - 15%	(1.093)	(185)	**(908)**
Adicional - 10%	(705)	(99)	**(605)**
Total IRPJ diferido	(1.798)	(285)	**(1.513)**
Total CSLL diferida - 9%	(984)	(167)	**(817)**
Total IRPJ e CSLL diferidos	(2.781)	(451)	**(2.330)**
PIS E COFINS Diferido			
Total base de cálculo	91.076	15.428	
PIS - 0,65%	(592)	(100)	**(492)**
COFINS - 3%	(2.732)	(463)	**(2.269)**
Total de PIS/COFINS	(3.324)	(563)	**(2.761)**

Durante o exercício de 2020 a companhia realizou revisão de suas práticas fiscais e concluiu que deveria fazer uma mudança na alíquota de presunção para cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, mudando de 32% (trinta e dois porcento) para 8% (oito porcento) e 12% (doze porcento), para o cálculo do Imposto de renda e da contribuição social respectivamente.

15 Custos dos bens construídos e serviços prestados

	2020	2019
Custos dos bens construídos	(3.474)	(2.182)
Custo com O&M	(1.424)	(480)
	(4.898)	**(2.662)**

16 Despesas operacionais

	2020	2019
Com pessoal	(23)	(5)
Gerais e administrativas	(9)	(315)
Serviços de Terceiros	(583)	-
Arrendamentos e Aluguéis	(9)	-
Seguros	(20)	-
Depreciação e amortização	-	-
Tributárias	(6)	-
	(650)	**(320)**

DIRETORIA EXECUTIVA

Carlos Augusto Garret
Diretor Presidente

Guilherme Steilein
Diretor Administrativo

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELAS DEMOSNTRACÕES CONTÁBEIS

ASB - ACCOUNTANCY SERVICE BRASIL A. CONTABIL
CRC-RJ 008102/O-6

Leandro Barbalho de Brito
Contador - CRC-RJ 092334/O-9